



UNIVERSIDADE DO PORTO

LILIANA MORENO BRITO DA GRAÇA

**REFORMAS ECONÓMICAS EM CABO VERDE:
PRIVATIZAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.**

2009



UNIVERSIDADE DO PORTO

LILIANA MORENO BRITO DA GRAÇA

**REFORMAS ECONÓMICAS EM CABO VERDE:
PRIVATIZAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.**

PORTO



UNIVERSIDADE DO PORTO

LILIANA MORENO BRITO DA GRAÇA

**REFORMAS ECONÓMICAS EM CABO VERDE:
PRIVATIZAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.**

**Dissertação apresentada a Banca
Examinadora do Centro de Estudos
Africanos da Universidade do Porto, como
exigência parcial para obtenção do grau
de mestre em Estudos Africanos.**

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS PIMENTA

**PORTO
2009**

**REFORMAS ECONÓMICAS EM CABO VERDE:
PRIVATIZAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.**

DATA DE APROVAÇÃO: _____

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR.: _____
(ORIENTADOR)

PROF. DR.: _____

PROF. DR.: _____

PROF. DR.: _____

Ao meu filho Mateus Augusto.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão à todas as pessoas que me deram apoio durante a elaboração da seguinte tese e ajudaram-me nos períodos mais difíceis e decisivos da minha formação. Entretanto sou especialmente grata:

A meu marido, José Brito, pela ajuda imprescindível, sem o qual nunca alcançaria os meus objectivos.

Ao meu orientador Professor Doutor Carlos Pimenta, pela ajuda prestada no decorrer do trabalho.

Aos funcionários da CVTelecom, CECV e ELECTRA que gentilmente colocaram a minha disposição alguns materiais imprescindíveis ao estudo.

PERFIL DA AUTORA: Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO:

A dissertação retrata um tema de grande destaque e controvérsia na actualidade, as privatizações.

Em Cabo Verde o assunto ganha destaque a partir da década de 90, com a realização de grandes reformas económicas, em prole da liberalização da economia cabo-verdiana. O presente estudo coincide com uma crise económica mundial, onde a dicotomia nacionalização/privatização se encontra em alta.

Para desenvolver a análise fez-se uso de dados quantitativos e qualitativos numa tentativa de entender as reais transformações produzidas por esta política económica, num país insular com poucos recursos naturais, originando a seguinte inquietação, como reagiria Cabo Verde perante uma grande crise, depois da entrada brusca no sistema de mercado.

Com entrevistas e crónicas nos jornais, pequeno historial de algumas empresas privatizadas, nacionalizadas e liquidadas e dados estatísticos pode-se ter uma visão panorâmica das privatizações em Cabo Verde.

A partir do percurso realizado origina questionamentos susceptíveis de estudos posteriores.

Palavras-chave: Nacionalização; Liberalização económica; Privatização; Implicações Sociais.

ABSTRACT:

The work portrays a theme of great prominence and controversy in the news, privatization.

In Cape Verde it gets focus from the 90s, with the implementation of major economic reforms, in favor of liberalization of the Cape Verde economy. This study coincides with a world economic crisis, where the dichotomy nationalization / privatization is on the rise.

To develop the analysis has been made use of quantitative and qualitative data in an attempt to understand the actual changes produced by this economic policy, an island country with meager natural resources, resulting in the following concern, such as Cape Verde respond to a major crisis, after sudden entry into the market.

With interviews in newspapers and chronic, short history of some privatized companies, nationalized and validated statistical data and can have an overview of privatization in Cape Verde.

From this journey made inquiries likely to rise further studies.

Keywords: Nationalization, economic liberalization, privatization, social implications.

ÍNDICE:

Introdução -----	11
1- Privatização – o conceito-----	20
2- Da independência às privatizações em Cabo Verde: sobrevou sobre os antecedentes do processo. -----	25
2.1. Primeira República -----	25
2.2. Segunda República-----	34
2.3. Reformas Económicas -----	35
2.4. Breve historial de algumas empresas privatizadas ou liquidadas-----	42
2.4.1. Empresa Pública de Abastecimentos (EMPA) -----	42
2.4.2. Electra -----	46
2.4.3. Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) -----	58
2.4.4. Telecomunicações de Cabo Verde (CVTelecom) -----	63
3. Repercussões económicas e sociais verificadas desde o início das privatizações.	68
4. De país menos avançado a país de desenvolvimento médio-----	94
Considerações finais-----	96
Anexos-----	104

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1 – Resultado das primeiras eleições legislativas em Cabo Verde-----	34
Tabela 2 – Lista de empresas no programa de privatizações (1992/2005) -----	36
Tabela 3 – Variação do quadro accionista da Electra -----	47
Tabela 4 – Pessoal afecto as actividades permanentes da Electra. -----	50
Tabela 5 – Evolução da rentabilidade e eficiência nos últimos 5 anos -----	53
Tabela 6 – Resultados da Electra de 2000 a 2005 -----	54
Tabela 7 – Resultados Líquidos da Electra -----	55
Tabela 8 – Distribuição das Acções da Caixa Económica de Cabo Verde -----	61
Tabela 9 – Resultados Líquidos em milhões de escudos cv da CVTelecom -----	65
Tabela 10 – Pessoal afecto as actividades da CVTelecom -----	66
Tabela 11 – Produto Interno Bruto (preço de mercado/ Preço corrente/ Milhares de contos) – Comunicações -----	66
Tabela 12 – Produto Interno Bruto, PM – Preços de Mercado Preços Constantes de 1980 – Milhares de Contos -----	69
Tabela 13 – Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros seleccionados, 2004-08 -----	69
Tabela 14 – Taxa de Inflação / Crescimento económico -----	75
Tabela 15 – Consumo das famílias /Preços constantes de 1980 -----	76
Tabela 16 – Exportações de bens e serviços /Preços Correntes – Milhares de Contos -----	77
Tabela 17 – Importações de bens e serviços / Preços Correntes – Milhares de Contos-----	78
Tabela 18 – Evolução do Comércio Externo-----	78
Tabela 19 – Taxa de Desemprego em Sentido lato com Idade de 15 anos ou mais por Concelho (%) -----	82
Tabela 20 – Empregos e Desempregados que já trabalham – População com 15 anos e mais -----	83
Tabela 21 – Situação na Actividade em Sentido Lato – População c/ 15 anos e mais-----	83
Tabela 22 – Desemprego em Sentido Lato -----	84
Tabela 23 – Taxa de Desemprego em Sentido Lato -----	85
Tabela 24 – Empregados e Desempregados que já trabalharam – População com -----	85
Tabela 25 – Distribuição dos agregados Familiares por ilha-----	87
Tabela 26 – Distribuição da população por ilha segundo estatuto na Pobreza -----	87
Tabela 27 – Índice de Desenvolvimento Humano -----	89

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 – Acordo Societário Electra. -----	49
Gráfico 2 – Evolução Dos Principais Indicadores De Performance Da Electra -----	52
Gráfico 3 – Investimento específico da Electra -----	54
Gráfico 4 – Resultado Líquido do Exercício da Electra -----	54
Gráfico 5 – Distribuição das acções da CVTelecom -----	64
Gráfico 6 – Desigualdade segundo Índice de GINI -----	88

INTRODUÇÃO:

As privatizações têm sido um tema de grande destaque e controvérsia tanto no âmbito nacional quanto internacional. O assunto desperta interesse pela importância que assumiu no quadro económico de Cabo Verde a partir da década de 90, suas atribuições e uma especial curiosidade por saber quais foram as mudanças reais no quadro económico e social.

Existem várias posições acerca dos rumos que um Estado deve dar a sua economia distinguindo-se entre elas pela propriedade dos principais meios de produção: destaca-se o capitalismo liberal, sistema que deixa toda a iniciativa nas mãos dos privados, de um pequeno grupo detentor de capitais; o capitalismo reformista que defende a iniciativa privada, mas com intervenção do Estado e o socialismo que se reivindica do marxismo defende a forte intervenção do Estado na economia.¹ No sistema capitalista o poder económico encontra-se basicamente concentrado nas minorias capitalistas, que investem segundo a lei do lucro, ou seja, pratica-se a propriedade privada dos meios de produção, baseando-se na lei da oferta e da procura, na ideia que o mercado auto-regula-se, como se houvesse uma “mão invisível”.²

A economia de mercado é um sistema que desde o seu nascimento vem tendo períodos de crise. Pergunta-se até que ponto a entrada brusca de Cabo Verde no sistema de mercado pode trazer as crises cíclicas que fazem parte desta, tendo em conta a fragilidade e vulnerabilidade da economia.

¹ É de salientar que actualmente os partidos políticos têm se afastados das suas raízes ideológicas, aproximando-se cada vez mais do centro, foram esvaziando das suas referências ideológicas e teóricas fundadoras. Em Cabo Verde o mesmo acontece, temos dificuldade de enquadrar ideologicamente os partidos políticos. Tendo em conta uma análise realizada por Bernard Manin em “Metamorfoses do governo representativo”, existem três modelos de governo representativo: modelo parlamentar (os eleitores escolhem os seus governantes que mantêm uma relação directa, as decisões são tomadas perante o debate realizado no parlamento), democracia de partido (deparamos com uma fidelidade dos eleitores e dos deputados ao partido, bem parecido com o que acontece em Cabo Verde) e por fim democracia de público (o eleitor é flutuante, escolhe os governantes tendo em conta as características individuais do candidato, a média tem um papel fundamental estes regimes). Embora verificamos uma certa fidelidade direccionada aos dois maiores partidos de Cabo Verde, “bipartidarismo”, não podemos afirmar que os eleitores têm um voto ideológico.

² Introdução à economia, Eduardo J. Costa Reizinho. Pg 93/94

No socialismo a propriedade é «colectiva», há a adopção do sistema planificado, concentração das decisões económicas nas mãos do Estado. A iniciativa e a propriedade são públicas, ao serviço da utilidade colectiva. Ao invés de deixar a economia nas mãos do mercado faz-se uso de planos económicos.³

Ao tomar a iniciativa de adoptar um sistema planificado surge as nacionalizações entendido como apropriação por parte do Estado de uma indústria ou de uma actividade económica.

“ Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertence a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. O que se transformou foi apenas o carácter social da propriedade. Esta perde seu carácter de classe.”⁴

Marx apresenta-se como um grande defensor da propriedade comum dos meios dos meios de produção, ou seja, o fim da sociedade de classes.

Uma outra variante entre as posições acima apontadas é a Keynesiana que não deixando o capitalismo e nem a propriedade privada de lado defende a intervenção do Estado na economia.

“ O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão de consumir, em parte através do seu sistema de tributação, em parte por meio de fixação de taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas...Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e formulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida económica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses

³ Idem.

⁴ Manifesto Partido Comunista pg12

meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete.”⁵

Segundo Keynes nos momentos de recessão não se gera demanda suficiente para garantir uma situação de pleno emprego, perante esta situação vê como aconselhável que o Estado crie deficits fiscais para aumentar a procura e criar uma situação de pleno emprego, ou seja, Estado deve interferir para aumentar o investimento e melhorar a situação de desemprego é uma conciliação entre a propriedade privada com as políticas económicas do Estado para garantir a interacção entre os interesses privados com os interesses «colectivos».

Todas as posições acima apontadas tiveram pontos de destaque no século XX, pode-se destacar os países Socialistas, os países Capitalistas e nos momentos de depressão económica nos países liberais, onde coube ao Estado intervir para salvar o sistema (Kynesianismo).

As privatizações surgem num contexto de liberalização económica e política. No séc. XX, temos duas grandes potências associadas a uma nova onda neo-liberal de um lado Estados Unidos com Ronald Reagan e Reino Unido com Margaret Thatcher.

“The privatization movement began in the west in response to mounting budget deficits and growing skepticism about the ability of public administration to manage and operate enterprises efficiently. The tide began in United Kingdom with Margaret Thatcher is government wholesale transfer of publicly owned entities throughout the 1980. In the united states, Canada, and else where in the nectar that inefficient public sector enterprises needed in order to be viable.” ⁶

Estes defendem que uma economia com fronteiras fechadas perde na competitividade, acesso a capitais e a novas tecnologias. Segundo esta linha de pensamento, a transferência dos bens do sector público para o privado elimina as distorções e aumenta a eficácia competitiva.⁷ Depara-se no âmbito internacional com um estímulo às técnicas

⁵ Keynes, 1996 pg. 345

⁶ AHYEE, 2007, pg12

⁷ GUIMARES, 2003, pg 6

e propostas ideológicas liberais, objectivando modificações das sociedades; dando origem a globalização capitalista. Há que se ter em conta que mundialização e globalização, embora tenham alguns pontos em comum, não são o mesmo conceito. Mundialização impõe-se devido ao progresso tecnológico, destaca-se o desenvolvimento das telecomunicações, a computação, transportes, facilitando a comunicação entre indivíduos independentemente da sua localização geográfica, os países embora geograficamente distantes, ficam próximos. Há que se ter em conta que não existe uma única configuração de mundialização que é a globalização que nós vivemos, vista como a imposição de uma doutrina liberal.⁸ Com a imposição da doutrina liberal, esta política torna-se hegemónica, e o continente africano não foge a regra.

Durante o período colonial a economia dos países africanos estava a serviço das metrópoles. Das colónias saía as matérias-primas que eram encaminhadas à África como produto final, impossibilitando o desenvolvimento da economia da região. O continente era um grande exportador de matérias-primas.

Logo a seguir as independências os países da África sub-sariana procederam a nacionalizações em massa, desta forma os sectores públicos é que cobriam em muitos casos todas as produções de bens e serviços⁹, embora há que salientar que em Cabo Verde tal não se verifica literalmente tendo em conta os poucos recursos naturais e minerais das ilhas.

A maioria dos países africanos, aderem a intervenção estatal pesada inclusive nacionalizações da indústria e propriedade da terra, esta política teve seus efeitos, considerada desastrosa, na medida que houve um baixo desenvolvimento, corrupção e serviços pobres.

“The decades since 1940’s have seen an evolution in strategies to achieve the overruling goal of increasing economic development in poor nation. With the support of the World Bank and other development institutions, most African nations embraced development strategies involving nationalization of industries, property banks, and control over key

⁸ Pimenta. Pg 11

⁹ DIAKHATE, 2002 pg5

utilities and commodities. These policies proved disastrous, leading to poor growth, rampant corruption, and poor services.”¹⁰

A economia da África sub-sahariana começou a mudar a partir de 1980, os Estados começaram a despir-se dos sectores não financeiros e a reestruturar e privatizar os bancos. Alguns países que iniciaram a liberalização do sector financeiro nos anos oitenta foram: Benin, Burkina Faso, Cote d’Ivoire, Mali, Níger, Senegal e Togo.¹¹ Muitos países começaram por retirar da tutela do Estado os sectores mais produtivos, os sectores não financeiros eram vendidos ou simplesmente liquidados.¹² Estas privatizações foram recomendadas pelas instituições financeiras, como meio de desenvolvimento económico no mundo e nos países em desenvolvimento em particular, no intuito de criar outro incentivo para o desenvolvimento da economia. O Banco Mundial e o FMI defendem que as privatizações ajudam a economia a recuperar, encorajando investimentos estrangeiros, um controle maior e administração rigorosa. Os governos africanos foram orientados para dar curso as privatizações.¹³ Ahyee afirma que as privatizações em África e em muitos países em desenvolvimento tiveram dificuldades em implementar-se e poucos resultados positivos vieram da sua implementação.¹⁴ A opção pela privatização viu, em África como também no resto do mundo uma influência da arena política.¹⁵ São inúmeras as críticas apontadas à existência de bens públicos destaca-se:

- (I) gestão deficiente;
- (II) baixos lucros;
- (III) burocracia;
- (IV) Fracos investimentos em tecnologias;
- (V) Elevados custos em pessoal,

(I) Gestão deficiente na medida que os empregados não esforçam o suficiente nas empresas estatais, alega-se falta de controlo; (II) Baixos Lucros, originando prejuízos, dividas muitas vezes suportadas pelo Estado e pelos cidadãos; (III) Burocracia, que

¹⁰ AHYEE, 2007, pg 8

¹¹ DIAKHATE, 2002 pg 1

¹² Idem, pg. 5

¹³ AHYEE, 2007, pg3

¹⁴ AHYEE, 2007, pg1

¹⁵ AHYEE, 2007 pg 9

atrasam o bom funcionamento das empresas, (IV) Fracos investimentos em tecnologias, as empresas estatais não têm capital suficiente para investir em tecnologias avançadas, impedindo o crescimento da empresa, (V) Elevados Custos em pessoal, as empresas estatais acabam por empregar mais funcionários do que realmente necessitam. A TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) muitas vezes depara com esta crítica, é acusada de ter um grande excedente de trabalhadores que em vez de facilitar o desempenho da empresa atrapalham e aumentam em demasia as despesas da companhia.

A alternativa que se aponta é deixar as empresas a cargo da iniciativa privada. Esta decisão foi tomada no âmbito político, na falta de alternativas de gestão das propriedades estatais.

Em alguns países que pertenciam ao COMECON¹⁶ da Europa Central e Oriental a liberalização brusca produziu efeitos pouco desejáveis: levou milhões de pessoas ao limiar da pobreza, declínio da esperança de vida, aumento das desigualdades, aumento da criminalidade, expansão de doenças e quebra do PIB.

No contexto nacional, nos finais da década de setenta e no decorrer dos anos oitenta, encontra-se o uni partidarismo onde o sistema económico era planificado, encontrava-se concentrado basicamente na mão do Estado. A iniciativa, os investimentos e as propriedades eram públicas, susceptíveis ao vício da burocracia, do surgimento de privilegiados, parasitários e baixo lucro.

A partir de 1991, data das primeiras eleições “democráticas”, é adoptado em Cabo Verde o Sistema de Mercado, onde o poder económico é concentrado nas minorias capitalistas e nos investidores externos, surge o incentivo à iniciativa privada baseado na autonomia de mercado, segundo a lei do lucro.

¹⁶ COMECON (Council for Mutual Economic Assistance / Conselho para Assistência Económica Mútua), fundado em 1949, surge em resposta ao Plano Marshall, criado pelo E.U.A., que visava a reconstrução económica da Europa. Países integrantes do COMECON: Alemanha Oriental (1950-1990), Tchecoslováquia, Polónia, Bulgária, Hungria e Romênia sob liderança da União Soviética. Mais tarde outros países juntaram-se à COMECON, caso da Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978).

Perante este contexto optou-se pela entrada do país na ordem económica mundial, feita a partir da política das privatizações, ou seja, transferir bens públicos para o sector privado.

Em 1999 quase todos os países em desenvolvimento tinham aderido a esta reforma que segundo Omrane Guedhani, levou os governos a arrecadar cerca de 44 milhões de dólares em rendas comparada com 12 bilhões em 1990, alcançando o cume de 66.6 bilhões de dólares em 1997.¹⁷

Para realizar as privatizações foi preciso liberalizar, desregulamentar o mercado, ou seja, o Governo tem de ter disposição de se afastar da economia e abrir espaço para o sector privado; a seguir transformar os empreendimentos públicos em empresas, é feita uma avaliação e determinar um valor mínimo de venda e por último vender as acções.

Desta forma após a mudança política e perante um contexto internacional e nacional favorável ao liberalismo económico, foram editadas leis e estratégias que possibilitavam as privatizações.

“ As linhas básicas da privatização em Cabo Verde estão estabelecidas na Lei nº 47/IV/92, recém aditada pela Lei nº 41/V/97, de 17 de Novembro de 1997. Em complemento, conta-se com um outro diploma legal e regulamentar que, nesta fase, definem a estrutura organizacional básica para a implementação dos processos de privatização, consubstanciados no Decreto-lei nº 24/98, de 29 de Junho de 1998.”¹⁸

Para que estas leis pudessem ser executadas foi criada a UPR ¹⁹ vinculada directamente ao Gabinete do Vice-Primeiro Ministro com o objectivo de executar a reestruturação económica e as privatizações.

¹⁷ Guedhani, 2003, p. 4

¹⁸ Manual de privatizações. UPR, 1998

¹⁹ Unidade De Coordenação do Projecto de Privatizações e Reforço da Capacidade de Regulamentação Institucional.

Os objectivos propostos pela Lei de Quadro de Privatizações são:

- “- O aumento da eficiência, produtividade e competitividade da economia e das empresas;
- A redução do peso do Estado na economia e o desenvolvimento do sector privado;
- O fomento empresarial e o reforço da capacidade empresarial nacional;
- A participação dos cidadãos nacionais, designadamente dos trabalhadores, dos emigrantes e de pequenos accionistas, na titularidade do capital das empresa.”²⁰

A partir dos objectivos propostos pela lei de quadros que antecede as privatizações em Cabo Verde, verifica-se que os argumentos utilizados para dar início a esta política são económicos, mas os argumentos e questionamentos a esta prática estatal são maioritariamente sociais.

Sabe-se que as privatizações têm um impacto socio-económico e nos diversos sectores de actividade. Passados alguns anos das privatizações pode-se verificar se os objectivos propostos no início foram ou não alcançados. Será a economia cabo-verdiana hoje mais competitiva, mais eficaz? Aumentou a desigualdade? Como isto traduz no modo de vida do cabo-verdiano?

Foram realizadas as privatizações e logo de seguida verificou-se um período de “bonança”, acompanhada de grandes alterações no modo de vida e de estar do cabo-verdiano.

Na pesquisa faz-se necessário entender o modo como as mudanças na economia, as privatizações, o incentivo ao investimento e propriedade privada mudaram o modo de ser e de viver do cabo-verdiano.

Pode-se colocar uma hipótese que aumentou a concentração de renda, o consumo, a pobreza relativa e ainda a perda de autonomia do cabo-verdiano sobre a sua economia.

²⁰ B.O. Nº 44 – Série I – Artigo 2º - de 17 de Novembro de 1997.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo apresenta-se privatização – o conceito, destaca-se o sentido que o termo vem assumindo ao longo das últimas décadas até ao dado momento com a crise económico-financeira que abala a economia mundial.

No segundo capítulo depara-se com o percurso realizado pela economia e política cabo-verdiana até as privatizações. A análise é realizada comparativamente com a história mundial, tendo em vista que parte-se do pressuposto que o ambiente económico, político e ideológico internacional tem repercussões com intensidade variada nos países. Ainda no referido capítulo há um breve historial de algumas empresas privatizadas ou liquidadas.

No terceiro capítulo pode-se verificar as repercussões económicas e sociais das privatizações e do novo dimensionamento que se deu a economia de Cabo Verde durante a década de 90.

No quarto e último capítulo, salienta-se a entrada de Cabo Verde no grupo dos países de desenvolvimento médio. É sinal da liberalização económica, ou o culminar do direcção que se deu a economia cabo-verdiana desde a independência? Como reagirá Cabo Verde a crise económica que se vive actualmente? Estas e muitas outras questões são colocadas ao longo do referido capítulo.

1. PRIVATIZAÇÃO – O CONCEITO:

Antes de empreender qualquer análise fazendo uso do conceito privatização vê-se como necessário apresentar o sentido desta e as variações que vem sofrendo ao longo dos tempos.

É necessário apontar o período que decorreu a pesquisa para melhor entender a sua palavra-chave – Privatizações. O estudo teve início em Março de 2008, previa-se a conclusão desta no início de 2009, ano que se depara com uma grande crise económico-financeira, com dimensão internacional, desta forma, para empreender a análise há que se ter em conta as mudanças de concepções que deparamos com a actual crise global.

O termo privatização surge com o advento da economia globalizada, competitiva, que requer eficiência na gestão da actividade económica principalmente em termos de produtividade e vêem-na como um meio para atingir os referidos fins.²¹

Segundo Dwek (2000) o termo privatização é relativamente recente, que há forte indicação que tenha sido introduzido por Drucker (1968), que ao avaliar o papel do Estado na economia norte-americana, propôs a descentralização como forma de organização do sector publico, denominou esta politica de “reprivatization”, Poole (1976) nos anos 70 abreviou o termo para “privatization”. Embora o termo seja recente, a ideia de que cabe ao Estado livre o papel exclusivo de garantir o bom funcionamento do mercado, surgiu na ciência económica desde o séc. XVIII.²²

Entende-se por Privatização como transacção ou transacções utilizando um ou mais métodos na venda a particulares o controlo do capital de uma empresa pública ou de uma parte substancial dos seus activos, ainda pode ser definida como transferência a particulares do controlo operacional de uma empresa publica ou parte substancial dos seus activos.²³ A partir destas definições pode-se afirmar que privatização é um conceito amplo, mas caracteriza-se essencialmente pela redução do Estado na economia ou seja transferência para a iniciativa privada da gestão ou posse das empresas antes públicas.

²¹ Filho 2002 Pg. 110

²² Dwek, 2000

²³ AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 1997

Existem vários métodos para empreender privatização das empresas estatais apontados por Futzai Pamacheche, sendo assim vai dar-se procedimento a distinção dos diferentes caminhos possíveis para colocar em andamento esta política económica:

- **Contracto de Gestão** – a responsabilidade pela prestação de serviço antes estatal é transferida para um privado, mas, a propriedade e os investimentos necessários permanecem responsabilidade do Estado, funciona como gestão terciarizada. Ao seguir este caminho considera-se que o Estado vai ter benefícios como eficiência típica das empresas não estatais.
- **Locação** – uma empresa privada tem a responsabilidade de operação e manutenção dos activos de até então propriedade pública. O governo mantém a titularidade bem como a responsabilidade para o financiamento e investimentos de capital. O novo operador é incentivado a reduzir os custos e aumentar a eficiência.
- **Concessão** – uma empresa privada, tem a responsabilidade de proceder a exploração e gestão do património de uma empresa pública, mas a empresa privada tem a responsabilidade de financiamento de capital a longo prazo de investimentos na empresa. Este método é geral é de longo prazo como por exemplo 30 anos. Seguindo este caminho é apontado alguns benefícios que o governo pode auferir, além de da melhoria da eficiência, há uma redução do encargo de realizar investimentos a longo prazo.
- **Alienação** – a propriedade pública é vendida ao privado. A gestão, o investimento do capital destina-se ao sector privado. A alienação pode ser feita em hasta pública (onde a empresa é vendida através de um processo licitatório para o maior licitante); oferta publica (as partes são vendidas a um público na bolsa). A alienação pode ser parcial (parte da empresa é transferida para o sector privado) ou completa (total transferência para o sector privado).
- **Empreendimento Misto** – parceria público/ privado.

- Venda – venda dos activos de uma empresa, provavelmente, após a cessação das actividades. Este meio de levar a cabo as privatizações segundo o autor é muito criticado pela opinião pública.²⁴

Em Cabo Verde, as empresas privatizadas não seguiram o mesmo modelo. Esta questão foi previamente tratada na Lei nº 41/V/97, no Artigo 1º, alínea 5 afirma-se que a modalidade de privatização a ser em cada operação dependerá da ponderação dos seguintes factores:

- a) “Importância da empresa a privatizar para a economia nacional;
- b) Necessidade de atrair investidores detentores de Know how e tecnologias de relevância estratégica para a empresa;
- c) Estrutura concorrencial interna e externa do sector;
- d) Dimensão, situação económico-financeira e perspectiva de evolução da empresa;
- e) Promoção do investimento privado nacional.”²⁵

Esta questão é reforçada no Artigo 3º que ao se salientar que a privatização pode ser parcial e total, alternativa ou cumulativamente, pelos seguintes processos:

1. “Alienação de acções ou quotas representativas do capital social;
2. Aumento do capital social;
3. Cisão;
4. Liquidação
5. Contratos de exploração ou de leasing”²⁶

A escolha do caminho ou da técnica para a realização de uma privatização depende de muitos factores: da rentabilidade da empresa; da sua importância; da sua importância pública e do parecer da equipa técnica de privatização.

²⁴ Pamacheche Futzai, pg 7

²⁵ B.O. Nº 44 – Série I de 17 de Novembro de 1997.

²⁶ Idem

Quando a empresa estatal está em crise e nenhuma das possibilidades de privatização é vista como viável inicia-se o processo de liquidação, ou seja extinção. Para realizar a liquidação é nomeada uma comissão liquidatária. A liquidação pode ser feita pela extinção, cisão (divide-se para formar novas empresas públicas ou privadas) ou ainda através de uma fusão (mediante incorporação de uma ou mais empresas).

A análise da privatização é ambígua, depende do panorama que se vislumbra no momento: como se referiu na introdução há concepções que não crêem que o mercado livre pode resolver os problemas socioeconómicos, poderiam se os mercados fossem perfeitos, mas esses não o são; defendendo desta forma uma forte intervenção do Estado na economia. Somente no final da década de 70, há uma apologia ao mercado livre e a privatização atinge um carácter mais amplo e politicamente significativo, nos países em desenvolvimento atinge expressão nos finais dos anos 80, início dos 90.

Tendo em conta a grande crise do capitalismo do final da I^a década do séc. XX, insurgem questionamentos sobre a política económica de privatizações que abrangiu todos os sectores da economia desde saúde, comunicação, indústria, transportes, ..., e a defesa da economia livre, auto-regulação dos mercados. Em muitos casos verificamos tentativas para solucionar a crise por que passa várias empresas a partir da intervenção do Estado na economia. O Estado acaba por injectar grandes quantidades de capitais nas empresas, no intuito de socorrer-las.

A dicotomia entre nacionalização/estatização e privatização torna-se mais presente na esfera pública. Entende-se por nacionalização a aquisição pelo Estado de uma empresa privada, que passa a ser pública. Muitas vezes as nacionalizações acontecem pela adopção de uma nova política pelo Estado; para socorrer as empresas em má situação financeira e desta forma melhorar a sua eficiência produtiva; melhorar os recursos do Estado; o atendimento público, entre outros.

Os termos estatização/nacionalização encontram-se em alta no momento, na escala mundial principalmente no que se refere aos bancos. Depara-se com Estados a injectar capitais em empresas e instituições financeiras privadas.

A adopção da privatização ou da estatização depende da posição política, condições económicas, sociais e históricas do momento.

No capítulo que se segue apresenta-se como procedeu-se a introdução desta política económica em Cabo Verde.

2. DA INDEPENDÊNCIA ÀS PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE: SOBREVOU SOBRE OS ANTECEDENTES DO PROCESSO.

As privatizações em Cabo Verde não são frutos do acaso mas provem de um longo processo de mudanças históricas que ocorreram no país desde a sua independência.

O cabo-verdiano antecede o Estado, na medida que se pode encontrar manifestações de uma forte identidade nacional num período bem anterior a independência. A conquista da sua autonomia veio de um longo processo de lutas, acelerado pelo 25 de Abril que democratizou a metrópole.

2.1. PRIMEIRA REPÚBLICA

O PAIGC como o partido que protagonizou a luta armada na Guiné-Bissau sai da independência como o único partido para dirigir o jovem país. Mas há que se ter em conta que havia outros partidos políticos em Cabo Verde depois do 25 de Abril, destaca-se UDC (União Democrática de Cabo Verde), um partido anti-independência que defendia uma solução federal para Cabo Verde e a manutenção da ligação com Portugal, só que com um estatuto diferente da que vigorou até a data; UPICV (União do Povo das Ilhas de Cabo Verde) partido de esquerda Trotskista, era fortemente contrária a ligação Cabo Verde e Guiné-Bissau.

O PAIGC/CV veio a ser o único partido a governar o país durante quinze anos por vários motivos: a simpatia que o MFA (Movimento das Forças Armadas, que protagonizou o 25 de Abril), ainda por ser um partido com um alto grau de organização em relação aos demais...

Com a independência, mesmo com um regime de partido único, caracteriza-se por uma abertura cultural, determinada pela generalização do ensino, pela mobilidade social mediante a instrução, pelo crescimento do papel dos mass-média e pelo aumento do

contacto com o exterior através da emigração, estudos, ..., favorecendo um maior contacto com a cultura universal.²⁷

O PAIGC vai manter-se no poder até 1980, data que ocorre o golpe de estado na Guiné-Bissau, levando a separação dos dois países e pondo fim a um dos sonhos do Amílcar Cabral. O golpe de estado teve várias razões, destaca-se as razões étnicas; tinha-se a ideia que os africanos do continente abdicaram de mais coisas em prole da independência e ainda um mal-estar por que a maioria dos cargos directivos era ocupada pelos cabo-verdianos: Aristides Pereira era ao mesmo tempo Presidente da Republica de Cabo Verde e secretário-geral do PAIGC, Luiz Cabral também cabo-verdiano era presidente da Guiné-Bissau. O golpe que separou os dois países acarretou algumas mudanças no partido. O PAIGC com a separação torna-se PAICV, mantêm o sistema de partido único invicto até finais da década de 80.

Vários são os motivos que levam o PAICV a manter um regime até 1990, tanto pertencentes ao contexto nacional como internacional. No âmbito internacional, URSS e o Bloco de Leste encontravam-se num período de reformas, momento de abertura política em alguns países africanos, há uma certa pressão ocidental, fonte de auxílio a Cabo Verde; todo este contexto internacional traz consigo um aumento do entusiasmo interno e um aumento da pressão.

Cabo Verde por ser uma economia insular, situado geograficamente no Sahel, uma das regiões do globo mais afectado pela escassez de água, teve e tem grandes problemas como secas e fomes que marcam a sua história desde o seu povoamento, tornar este país viável foi e será sempre um grande desafio.

A Independência foi declarada 5 de Julho de 1975, na capital, cidade da Praia na presença do representante de Portugal, o então primeiro-ministro Vasco Gonçalves e de Abílio Duarte.

²⁷ Veiga, 1998

No período anterior a independência temos em Cabo Verde um regime próximo ao da Europa Ocidental, mas logo depois da delegação da soberania aos cabo-verdianos vão aproximar-se do Leste europeu, temos um Estado forte, intervencionista.

Há que se ter em conta o Estado em que foi encontrado o país, fortemente dependente do externo, agricultura atrasada, tradicional que nem satisfazia o mercado interno, uma indústria praticamente inexistente. Havia uma necessidade de arrumar a casa para depois abri-la as visitas. O Estado vai ser o anfitrião, vai ser o principal dirigente da economia com o objectivo de modificar o real estado do país após a independência. Impunha-se ao PAIGC, a construção de um novo país. Embora foi implantado em Cabo Verde, um regime autoritário, monopartidário não se pode fazer comparações os outros casos da África continental.²⁸

No intuito de alcançar estes objectivos o Estado de Cabo Verde vai lançar-se numa série de Reformas económicas e sociais, na criação de infraestruturais rodoviárias, aeroportuária, portuária, reforço do sector de serviços. Foi construído o aeroporto internacional Amílcar Cabral, CABNAVE (estaleiro de construção e reparação naval), grandes investimentos com o objectivo de dar uma dinâmica ao desenvolvimento do país.²⁹

Um exemplo polémico e de destaque realizado no período é a Reforma Agrária:

Em Cabo Verde a ocupação agrícola das ilhas aconteceu a partir de doações régias, que acabou por originar o aparecimento de grandes propriedades, exploradas com base em trabalho escravo nas primeiras ilhas povoadas, Santiago e Fogo, mais tarde as terras passaram a ser exploradas em regimes de parceria e arrendamento. Nas ilhas do Norte aplicou-se a ocupação agrícola aconteceu a partir de sesmarias, que no decorrer dos tempos originou pequenas ou médias propriedades exploradas por conta própria. Até o momento da Reforma Agrária toda a estrutura económica e social do país era dominada pelos grandes proprietários que controlavam outros sectores económicos como: os transportes, o comércio e a pequena indústria.³⁰

²⁸ ÉVORA.2004. pg. 12

²⁹ BARROW, Paul Wayne. 1997 pp 268, 270

³⁰ A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde. Pg 3

O governo cabo-verdiano da altura via na Reforma Agrária uma exigência “vital” para o êxito da construção de uma “economia independente”³¹. Perante este contexto criou-se a Lei de Bases da Reforma.

“ Foi criado a Lei de Bases Reforma Agrária tendo em conta o artigo 10º da Constituição da Republica da época ...a promoção contínua do bem-estar do povo, a liquidação da exploração do homem pelo homem e a eliminação de todas as formas de sujeição humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, grupos ou classes.”³²

Foram apontados alguns objectivos da Reforma Agrária:

“ Pela concentração do essencial e das melhores terras na posse, mais tarde plena, de um reduzido numero de proprietários, que as exploram, primeiro com recurso a trabalho escravo e, mais tarde, num regime de parceria e arrendamento muito próximo a servidão que caracterizou a Idade Media europeia...”³³

Logo após a independência, pode-se verificar a criação de decretos – leis favoráveis a reforma da produção agrícola, destaca-se:

- Decreto – Lei nº 6/75 – que nacionaliza vários prédios rústicos;
- Decreto – lei nº 7/75 – proíbe o subarrendamento rural e estabelece limite de 60 dias para realização de contratos directos com os sub-rendeiros, findos os quais os contratos de subarrendamento convertem-se automaticamente em arrendamento; proíbe a celebração de novos contratos de parceria e possibilita a conversão dos existentes em arrendamento, a pedido do parceiro; proíbe o fraccionamento de prédios rústicos em áreas inferiores a 1 ha no sequeiro e ½ há no regadio; estabelece medidas para a redução da renda em casos de má colheita ou sua ausência;

³¹ A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde. Pg 1

³² Idem

³³ Idem

- Portaria nº 9/75 de 23 de Agosto do Ministério da Justiça – exige as Comissões Arbitrais de arrendamento Rural e passa para os tribunais comuns toda a competência atribuída às referidas Comissões.³⁴

O projecto de implementar uma Reforma Agrária no país gerou conflitos, inquietações. Falar das repercussões do projecto de lei da Reforma Agrária em Cabo Verde daria muitas linhas, quiçá livros.

A lei de bases da Reforma Agrária foi muito questionada, contestada, principalmente nos dias 30 e 31 de Agosto de 1981, na ilha de Santo Antão, concelho de Ribeira Grande. Estes dias foram muito atribuladas naquela ilha, originaram distúrbios, prisões e até um morto.³⁵

Na ilha de Santo Antão gerou situações inusitadas. O difícil é entender o porquê da tal reacção de algumas pessoas. Segundo Germano Almeida no “O dia das calças roladas”, livro que apresenta o acontecido através de depoimentos de testemunhas, dos ditos “cabecilhas” e autoridades. Os depoimentos muito contraditórios, muito dependente do grau de envolvimento dos mentores do sucedido, desta forma possibilitando várias interpretações dos fatídicos dias 30 e 31 de Agosto.³⁶

Interessa salientar que o projecto encontrou alguma resistência na ilha. As razões das manifestações também trás contradições: a população teria sido instigada pela oposição clandestina UCID, que teria feito uma reunião denominada “reunião conspirativa de Chã da Banca”, a ideia que a Reforma Agrária era uma forma de comunismo, iam retirar as pessoas as casa, as terras e todos os bens que tinham conquistado...

Resumidamente, no dia 30 de Agosto, um grupo de pessoas enfurecidas perseguiram militantes do PAICV, e realizaram outros distúrbios, originando algumas prisões. No dia 31 do mesmo mês, uma massa de pessoas munidas de enxadas, paus, facas apitos e buzinas, provenientes de várias localidades, Boca de João Afonso, Garça, Boca de

³⁴ A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde. Pg. 27

³⁵ ALMEIDA, Germano. 1992

³⁶ Idem.

Coruja, Cuculi dirigiram a Boca de Figueiral para a contestação e exigir a libertação dos presos. Aceitar essas manifestações seria um sinal de fraqueza do regime.³⁷

“...a sua ingenuidade, oh a imensa ingenuidade!, o pensarem que as balas eram de borracha, que as tropas não teriam coragem de disparar balas a sério...

Mas não! O que tinha sido feito na véspera fora já demasiado, não se podia tolerar mais, seria um sinal de fraqueza.”³⁸

Existe versões diferentes em relação a perda de um dos manifestantes: a que o camponês tentou desarmar uma autoridade e acabou mortalmente ferido e que perante pressão da multidão um tenente dispara.

Esta situação acabou por manchar negativamente a Reforma Agrária. Todos os ideais que nortearam a Reforma Agrária acabaram por ser abalados, em muito originado pelas contestações populares.

Existem alguns estudos sobre a Reforma Agrária, mas abrangem na sua maioria as Leis de bases e o 31 de Agosto, mas a aplicação do projecto pouco se tem escrito. Sabe-se que o projecto foi aplicado, mas não na sua totalidade.

É importante salientar que no período a política económica era o oposto do que se verificou recentemente, baseada em nacionalizações, cooperativas populares, criação de empresas estatais e a Reforma Agrária encontra-se dentro deste contexto.

Apesar de todas estas tentativas de colocar em curso grandes mudanças a produção continuou a satisfazer somente o mercado interno por várias razões: inexistência de matérias-primas, recursos energéticos e mineiros. Encontra-se uma grande dependência da ajuda externa.

Em termos políticos o uni-partidarismo não teve grandes problemas até meados da década de 80.

³⁷ ALMEIDA, Germano. 1992

³⁸ Idem

Este regime é posto em causa quando depara-se com a queda dos “Regimes socialistas”, há um profundo cepticismo internacional direccionado ao forte intervencionismo do Estado e as economias planificadas. Paulatinamente mesmo no período do PAICV há um decréscimo do papel do Estado na economia, alguns sectores antes controlados pelo Estado passam a iniciativa privada e há uma abertura ao investimento estrangeiro. Com esta intenção são empreendidos esforços no sentido de diminuir os obstáculos burocráticos que podiam criar empecilhos ao investimento estrangeiro.

Pode-se afirmar que a transição do uni partidarismo para o pluripartidarismo foi feita de forma endógena, de dentro para fora. Foram realizadas uma série de reformas dentro do próprio regime. Desde 1985 até 1990 verifica-se um processo de mudança gradual no sistema económico e político. Verifica-se uma mudança gradual, devidas as mudanças internas e externas.

“As referências ideológicas e os modelos normativos de desenvolvimento entraram em profunda convulsão nos anos 80. A crise mundial desencadeada em meados dos anos 70 abate-se duramente sobre África e outras regiões do Terceiro mundo. Cabo Verde, consegue, todavia uma relativa autonomia face as pressões do FMI e do BM, graças a administração judiciosa de uma “ajuda externa” multilateral apesar de quase total dependência exterior quanto a bens alimentares e de primeira necessidade...

Ao ideologismo dos anos 70 sucede o pragmatismo da sobrevivência a curto prazo.

Deste modo, (numa segunda fase) deu-se inicio à crescente redução do papel interventor do Estado, ...”³⁹

No âmbito internacional deparamos com URSS em reformas com a Peres troika, em curso desde 1985, com o dirigente Mikhail Gorbachev, colocando em causa todo o regime intervencionista, fortemente estatizado. Do outro lado temos Cabo Verde fortemente dependente do mundo ocidental das remessas dos emigrantes e da ajuda ao desenvolvimento. Findo a Guerra-fria há uma crescente intolerância interna aos uni-partidarismo. Mesmo os países africanos que tinham regimes em muito semelhantes a Cabo Verde encontravam-se em mudança. É o caso da Argélia que depois de um episódio sangrento em Outubro de 1988, começou a fazer reformas que retirou o título

³⁹ FILHO, Lopes, 1996 pp.380 381

ao FLN (Frente de Libertação Nacional), de ser o único partido do país, em 1989. No mesmo ano o arquipélago de S. Tomé e Príncipe destaca ao anunciar a opção pelo pluripartidarismo. Em 1989 o presidente do arquipélago declara em Cabo Verde esta opção. Cabo Verde por muito tempo foi considerado detentor do regime mais democrático da África com o surgimento de regimes mais liberais no continente levava a uma certa inquietação.

A primeira grande mudança interna ocorreu nos finais de 1985 quando publica-se uma nova lei eleitoral, dando possibilidade aos cidadãos de rejeitar nomes propostos pelo partido e sugerir novos, embora cabia ao PAICV a última palavra. Entra no jogo político, pessoas não pertencentes ou não filiadas ao partido. Destaca-se entre estes novos elementos o Dr. Carlos Veiga, Presidente do IPAJ (Instituto de protecção e Assistência Jurídica). Desta forma, foram eleitos 83 deputados, 29 não filiados ao partido.

Mesmo com estas mudanças a participação nas eleições continuou a decrescer.

“ Segundo dados da Comissão Eleitoral apenas 68,9% (98692) dos cidadãos recenseados votaram, dos quais 92868 a favor e 4968 contra”⁴⁰

O regime demonstrava um franco desgaste, desta forma lançou mão a um auto-reformismo.

Segue uma série de atitudes legislativas que vão abrindo paulatinamente o sistema:

Em 1986 aprova-se uma lei que abre caminho ao parlamentarismo, até então este papel legislativo era delegado da Assembleia Nacional Popular para a Assembleia de Ministro, ficando com a responsabilidade de aprovar orçamentos. Em 1987 aprova-se uma nova Lei que permite a associação, no mesmo ano legaliza-se a Imprensa privada. Mantém-se contacto com os opositores ao regime e estuda-se uma forma destes retornarem ao país.

⁴⁰ Silva, Correia. pp. 81e82

Nos finais de Novembro de 1988 realiza-se o II congresso do PAICV com o seguinte lema “Num Mundo em transformação. Um partido para o futuro.” Foi tratada no congresso a aspiração dos cidadãos cabo-verdianos de participarem activamente na política e na sociedade.

Aristides Pereira rejeita o cargo de secretário-geral do PAICV e mais tarde recebe o coordenador do MPD.

No IV Congresso do PAICV torna valida a ideia de uma revisão constitucional a ser realizado em Setembro para legalizar a mudança.

“ Na sessão de Setembro a ANP, a derradeira da III legislatura, o processo de transição torna-se totalmente institucionalizado. São revistos os artigos 4º e 46º da constituição, desta forma o PAICV deixa de ser visto como único partido possível a ser dirigente da sociedade e do Estado...”⁴¹

Ainda se alteram os artigos 64º,66º,67º e68º, modifica-se os poderes do Presidente da República, limitando ao poder de demissão do governo, veto e dissolução da Assembleia e passa a ser eleito por sufrágio universal directo.

De 13 a 21 de Setembro houve conversações entre MPD e PAICV, estabelecendo a conduta de ética, as leis de recenseamento eleitoral, lei da imprensa entre outros. Ou seja estabeleceram os últimos ajustes para as primeiras eleições democráticas no país. Finalmente perante toda esta agitação de 1985 a 1990, ocorrem as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde a 13 de Janeiro de 1991, na qual o MPD sai vitorioso com 62.5% dos votos do eleitorado cabo-verdiano.

⁴¹ Idem. Pp. 65 a 70

2.2. SEGUNDA REPUBLICA:

O MPD vence as eleições com uma maioria qualificada de dois terços, com 56 dos 79 deputados à Assembleia Nacional, concomitantemente vence as autárquicas conquistando maior parte das Câmaras Municipais e o candidato à Presidência apoiado por este partido recém-formado vence também por sua vez estas eleições, ocorre logo de seguida uma série de mudanças político, sociais e económicas.

Tabela 1 - Resultado das primeiras eleições legislativas em Cabo Verde

Círculos Eleitorais	Eleitores Inscritos	Número de volantes	Deputado a eleger	Votos em %			
				MPD	PAICV	Branco	Nulos
Total	166.818	125565	79	62.5	31.6	0.5	5.4

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde, 325 de Janeiro de 1991

Esta grande aderência ao MPD um partido formado para disputar as eleições foi uma surpresa.

Essa postura de aderência do eleitorado é vista por Roselma Évora como um voto de protesto. “O voto no MPD foi simplesmente um “voto protesto” ou “voto mudança”. ”⁴²

⁴² ÉVORA, Roselma. Cabo Verde. A abertura política a transição para a Democracia. Spleen Edições, Praia, 2004.

2.3. REFORMAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS:

Com o pluripartidarismo muda-se os símbolos da nação, e acelera-se a mudança da economia inserindo-a no mundo neo-liberal. Uma dessas grandes mudanças são as privatizações, que têm início logo em 1992. No período que antecede as privatizações há uma grande injeção de capital nas empresas estatais. No total, de 1992 a 2005 foram privatizadas 50 empresas.

Este projecto propunha que 55 empresas do Estado fossem privatizadas, para tal houve peritos internacionais financiados pelo Banco Mundial e nacionais para avaliar e fazer acessória a privatizações.

No período havia pouca experiência a nível mundial, desta forma adoptou-se a venda de blocos majoritários em concurso público, através de vendas públicas de algumas acções, feito com apoio de peritos financiados pelo Banco Mundial e nacionais para a avaliação de negócio e assessoria estratégica. O governo vendeu as suas empresas e as suas dívidas assumindo:

- Pagar todas as dívidas das empresas e o redimensionamento da mão-de-obra excedente.⁴³

Segundo Rocha (1997), as privatizações podem ser feitas a partir de **(I)** venda de acções ou por subscrição pública; **(II)** venda directa aos trabalhadores, quadros ou **(III)** investidores institucionais; **(IV)** venda directa a um único negociador; **(V)** contratos de gestão com o sector privado.⁴⁴

Cada uma dessas estratégias de privatizações apresentam vantagens e desvantagens, tudo depende do objectivo de tal política económica da empresa, (I) ao vender as acções ou subscrições públicas abre-se a concorrência, (II) ao vender aos trabalhadores permite uma maior ligação desta à empresa; (IV) venda directa a um único negociador, abdica-se da concorrência em contrapartida evita a fragmentação da empresa; (V) a empresa continua na posse do Estado com seus lucros ou prejuízos, só a gestão desta que passa a ser privada.

⁴³ CABO VERDE. Avaliação do Impacto das privatizações. Pg. 7

⁴⁴ ROCHA, Carlos. 1997. pg. 41

“Entre 1992 e 2005, 50 empresas foram retiradas do controlo do estado e transferidos para investidores externamente financiados, com apenas 5 sob pertença do Estado. Das empresas abrangidas, 35 foram totalmente privatizadas, das quais 11 por investidores externos dominantes e accionistas minoritários nacionais, 23 a investidores nacionais, na sua maioria trabalhadores, e 3 por contratos de desempenho; 8 foram liquidadas por vontade própria do governo, 5 desmanteladas em 16 unidades privatizadas e posteriormente liquidadas; e 2 foram parcialmente privatizadas enquanto aguardavam resolução da sobreposição da detenção de capital.”⁴⁵

Tabela 2 - Lista de empresas no Programa de privatizações (1992-2005)

Nota: T/P indica se as participações originalmente detidas pelo Governo foram **Totais** (T) (100% SOE) ou **Parciais** (Misturado com o sector privado).

	Empresas	Sector	Tipo de Negócio	T / P	Status de Alienação	Ano	Comentários
1	BCA	Financeiro	Banco Comercial	T	Privatizado	2000	Separado do Banco Central. O maior banco de Cabo Verde.
2	CECV (Caixa)	Financeiro	Banco Comercial	T	Privatizado	2000	O Banco mais antigo para poupanças e empréstimos. Segundo maior banco de Cabo Verde.
3	GARANTIA	Financeiro	Seguro	T	Privatizado	2000	A maior firma de seguros em Cabo Verde.
4	PROMOTOR A	Financeiro	Empreendimento de capital	T	Privatizado	2000	Única firma de empreendimento de capital em Cabo Verde.
5	ARCA	Transportes	Frota marítima.	T	Liquidada	2005	O mais antigo monopólio que foi

⁴⁵ Steven Dimitryev; Maral, Adam; Verissimo dos Santos. pg. 7

	VERDE						substituído por várias companhias privadas novas.
6	TRANSCOR	Transportes	Transporte Urbano de passageiros.	P	Liquidada	2002	O mais antigo monopólio que foi substituído por várias companhias privadas novas
7	CABNAVE/ CABMAR	Industria	Grande Estaleiro.	T	SOE	-	Para ser privatizado ainda.
8	ENAPOR	Transportes	Portos de CV.	T	SOE	-	Para ser privatizado ainda.
9	ANV	Transportes	Agencia Maritima.	T	Privatizado	1999	
10	ONAVE	Industria	Pequeno estaleiro.	T	Desagregado & Liquidado	2005	Antes de ser privatizado ONAVE estava sob concessão de contracto com LUSONAVE entre 93-03. Incluem os subprodutos: - METALCAVE_: Alumínios e mobílias de aço; - FUNCAVE: Produtos de fibras; _ BELCABO: Barcos de Fibras.
11	SONACOR	Industria	Conserto de veículos	T	Liquidado	1999	O mais antigo monopólio que foi substituído por várias companhias privadas novas.
12	OFICINAS MDR	Transportes	Equip Mfg	N / A	Liquidado	1998	
13	TACV	Transportes	Companhia Aerea	T	SOE	-	Para ser privatizado ainda.
14	ASA	Transportes	Autoridade Aeroportuaria	T	Privatizado	2000	Sub-privado no contrato de desempenho do sector.
15	INTERBASE	Pescado / Agronegócio	Armazenamento e congelamento de peixe.	T	Privatizado	2005	
16	SALMAR	Pescado/ Agronegócio	Armazenamento e congelamento	T	Privatizado	2000	

			de peixe.				
17	PESCAVE	Pescado	Conserto/ Manutenção	T	Liquidado	1992	
18	ULTRA	Pescado/ Agronegócio	Enlatamento de peixe.	P	Privatizado	1996	
19	WAREHOUSE	Transportes	WAREHOUSE	P	Privatizado	2005	Em USA, foi alugado para for a e agora vai ser privatizado.
20	ENAVI	Agroindústria	Avícula / Ovo Produção	T	Desagragado & Liquidado	1995	SOCIAVE (São Vicente) privatizado ENAVI (Praia) privatizado
21	MOAVE	Agroindústria	Moinho de farinha	P	Privatizado	1998	
22	FAP	Agroindústria	Equipamento de cultivo, serviços Veterinários, Alimento de Avícula, leiteira,	T	Desagragado & Liquidado	1993	AGRIPEC privatizado COOPECHAVES Privatizado PROLACT privatizado
23	FAMA	Agroindústria	Massas, Café	P	Privatizado	2000	
24	JUSTINO LOPES	Agroindústria	Colheitas, fazenda de porco,	T	Desagragado & Liquidado	1995	AGRICOLA Privatizado PROPEC Liquidado CARMAC Liquidado
25	EMEC	Construção	Obras Públicas	T	Liquidado	1992	
26	CVC	Construção	Todo tipo	T	Privatizado	1999	
27	MAC	Construção	Obras Públicas	T	Privatizado	1993	
28	INTERBETA O	Construção	Blocos de Betão	T	Privatizado	1998	
29	INERF	Construção	Obras Públicas Rurais	T	SOE	2005	Para ser restruturado.
30	EMPA	Atacadista	Todos os fornecimentos de importação e distribuição	T	Liquidado	2003	Monopolio mais antigo. Novas companhias privadas: TRANSMOTORS SOCIEX SOSAIC SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO SOBREVIVENCIA

31	ENACOL	Petroleo	Importador/Distribuidor	T	Privatizado	1997	
32	CV TELECOM	Utilidades	Telecomunicações	T	Privatizado	1999	Separado dos Correios
33	CORREIOS	Utilidades	Serviço Postal	T	Privatizado	1999	Sub-privado no contrato de desempenho do sector.
34	ELECTRA	Utilidades	Energia Electrica, Agua e saneamento	P	Privatizado	1999	Monopólio privado que ainda não está efectivamente regular.
35	EMPROFAC	Farmácia	Importação e distribuição de medicamentos	P	SOE	-	Monopolio para ser privatizado depois de estabelecer quadros reguladores.
36	FARMACIA HIGIENE	Farmácia	Lojas de retalho	P	Privatizado	2000	Separado de EMPROFAC
37	SOCAL	Industria	Sapatos/Calçados Mfg	P	Liquidado	1993	
38	MORABEZA	Industria	Vestuário mfgs	P	Desagregado & Liquidado	1993	CONFECÇÕES PORTO GRANDE Privado SIMPLICIDADE Privado LINHA BRANCA Privado CRISTIANO privado
39	SCS	Bens de consumo	Fabrica de Sabão	P	Privatizado	1993	
40	CERIS	Bens de consumo	Alimentos/bebidas	P	Privatizado	1999	
41	SITA	Industrial mfg	Tintas	P	Privatizado	1998	
42	INPHARMA	Farmacia	Fabricação de Medicamentos Genericos	P	Parcialmente Privatizado		
43	METALCAVE	Industria	Processamento moveis de metal	P	Privatizado	1997	
44	ALUPLAST	Industria	Aluminio, plastico mfg	P	N/A	1993	
45	SODIGAS	Industria	Oxigenio e gás acetileno mfg	P	Parcialmente Privatizado	1993	Será privatizado junto de ENAPOR e CABNAVE
46	PRAIA MAR	Turismo	Hotel(Praia)	P	Privatizado	1995	

47	ATLANTICO	Turismo	Hotel(Sal)	T	Privatizado	2005	Sub privatizado no contrato de desempenho de sector.
48	BELO HORIZONTE	Turismo	Hotel(Sal)	P	Privatizado	1997	
49	XAGUATE	Turismo	Hotel(Fogo)	P	Privatizado	1997	
50	CABETUR	Turismo	Agencia de turismo	P	Privatizado	1994	
51	CITAG	N/A	N/A	P	N/A	1993	
52	CREOLA	N/A	N/A	P	N/A	1993	
53	CONCHAVE	Transportes	Inter-ilhas Barcos de petroleo	P	Privatizado	1994	Separado de ARCA VERDE, depois privatizado por SHELL:
54	FAC	N/A	N/A	T	N/A	1993	
55	ARMISTICIO	N/A	N/A	P	N/A	2004	Segurado por EMPA Propriedade em liquidação, Situado em Uruguay

Fonte: Gabinete de Privatizações cv.

Esta tabela permite observar as datas as empresas pertencentes ao Estado e a cronologia das privatizações. Podemos concluir que num curto espaço de tempo a maioria das empresas estatais, de diferentes áreas de produção passaram para o âmbito privado, empreendimentos mistos (parceria publico privado) ou mesmo acabaram por ser liquidadas, esse processo foi dado continuidade com o governo do PAICV.

A privatização é um acontecimento recente em Cabo Verde, mas faz parte de um longo processo.

Em muitos países africanos após a Independência adoptam regimes monoparidários, fortemente estatizados, mas na década de 80, no âmbito internacional estes sistemas deixam de ser aceites e pode-se verificar o surgimento de várias tentativas no intuito de por fim a estes modelos.

Podemos verificar sinais de mudança de postura económica desde os meados da década de 80, com tentativas por parte do então governo de abrir paulatinamente a política e a economia do país. Toda esta tentativa culmina com as primeiras eleições democráticas do país, realizadas a 13 de janeiro de 1991. Nestas eleições o partido da oposição vence com uma percentagem elevada dos votos demonstrando a posição de protesto da maioria do eleitorado nacional contra o sistema. Ainda dá legitimidade as grandes mudanças levadas a cabo pelo partido vencedor, que coloca em curso uma série de mudanças em termos políticos, económicos e institucionais. Destaca-se mudanças na constituição, mudança de símbolos nacionais, e no âmbito económico deu-se início ao processo de privatizações. Verificou-se ainda que com novas eleições, depois de dois mandatos sucessivos do MPD, em 2001, o PAICV retorna ao poder e dá continuidade ao processo de privatizações iniciado pelo primeiro.

Com este apanhado histórico é possível observar o percurso realizado até as privatizações, mas com o andamento da pesquisa faz-se necessário entender as consequências sociais de tal política.

Tendo em conta experiências anteriores de outros países em desenvolvimento perante mudanças bruscas de sistema político e social, as privatizações podem trazer graves problemas sociais acompanhada de um grande entrada de produtos no mercado nacional.

2.4. BREVE HISTORIAL DE ALGUMAS EMPRESAS PRIVATIZADAS OU LIQUIDADAS:

Para a elaboração do historial foram seleccionadas as seguintes empresas que destacaram no processo de privatizações: Empresa Pública de Abastecimentos (EMPA), importante no estudo por ter sido uma tentativa de privatização levada a cabo pelo Estado de Cabo Verde, que não concretizou, acabou por fracassar conduzindo a sua liquidação da empresa; a Empresa de Electricidade e Água (ELECTRA) tida como fundamental para o desenvolvimento do país, conhecida por graves problemas financeiros, que mantiveram após a privatização, acabou por ser recentemente nacionalizada; CVTelecom, vista como a privatização de sucesso e por fim uma empresa do ramo Financeiro Caixa Económica de Cabo Verde.

2.4.1. EMPRESA PÚBLICA DE ABASTECIMENTOS (EMPA):

A EMPA é um exemplo claro de uma empresa que não sobreviveu a tentativa de privatização e que acabou por ser extinta. Vários são os motivos que culminaram na extinção de tão rentável empresa estatal.

A EMPA (Empresa Publica de abastecimento), foi criada 10 Outubro de 1975, logo após a Independência de Cabo Verde. Acumulava várias funções entre as quais: importação, comercialização e distribuição de produtos essenciais à economia de Cabo Verde, particularmente nos géneros de primeira necessidade. Tinha como objectivos uniformizar os preços dos produtos comercializados no âmbito nacional e ainda detinha exclusividade na comercialização dos produtos provenientes da ajuda alimentar fornecida ao Governo de Cabo Verde.

Esta empresa pública teve grande dimensão na economia de Cabo Verde na década de 80, devido ao volume de actividade, ao património líquido e a quantidade de pessoal empregado. Detinha representação em todos os pontos do país, grande quantidade de infra-estruturas e armazéns próprios nos diversos concelhos. A partir de 1993 com a liberalização do comércio, este tipo de estrutura não adaptava-se ao novo panorama

nacional, num mercado concorrencial e de livre iniciativa privada, já que detinha uma grande estrutura, um número elevado de pessoal e verificava-se perda de mercado.

Pode-se afirmar que a partir do momento que foi retirada da empresa o monopólio na comercialização de diversos produtos que geravam avultados lucros, passando a empresa a comercializar quase exclusivamente os produtos de ajuda alimentar, passou a ter resultados negativos a partir de 2003.

Entre 1996 a 2000 a EMPA foi reestruturada, houve privatização dos serviços de segurança e limpeza, redimensionamento do efectivo e indemnizações ao pessoal por desvinculação voluntária, mas os projectos de privatização da empresa não prosseguiram e o concurso público ficou deserto.

No Decreto-Lei nº 65/99, autorizou-se a alienação da percentagem de 99.98% do capital social detido pelo Estado na EMPA da seguinte forma:

“- Um bloco indivisível de 3000000 acções (60%), reservado à aquisição, por concurso publico internacional, destinado a agrupamentos de pessoas singulares e/ou colectivas nacionais e/ou estrangeiras, desde que incluam, pelo menos, uma empresa de “trading” internacional. A regulamentação do concurso é aprovada pela Resolução nº 65/99 de 2 de Novembro do Conselho de Ministros.

- 25000 acções (5%), reservadas à aquisição pelos trabalhadores da EMPA, pelo processo de subscrição particular;

- 174900 acções (34.98%), reservadas à aquisição pelo público e emigrantes, através de leilão competitivo.”⁴⁶

Os 99,98% foram divididos em 499.900 acções, o Estado ficaria com 100 acções correspondendo a 0,02% do capital social da empresa.

“A criação da ANSA, agência de regulamentação para o sector de segurança alimentar em 1998, o saneamento financeiro da empresa com integração da SILO da praia no património do Estado e medidas de liberalização de importação do comércio de

⁴⁶ Unidade de Coordenação do Projecto de Privatização e Reforço da Capacidade de Regulação Institucional, Privatização da EMPA, folheto informativo.

importação de cereais antecederam a privatização da empresa, cujo processo teve início em 1999 com a transformação da EMPA numa sociedade anónima designada Empresa de Abastecimentos, EMPA, SA. Desta forma houve progressiva degradação dos indicadores económicos e financeiros da empresa, com sucessivos prejuízos e endividamento em relação ao Estado. Em 2003 reformulou-se a estratégia de privatização através da alienação. (Decreto Regulamentar 6/2002 de 2 de Dezembro)⁴⁷

Desta forma procedeu-se a um despedimento colectivo que teve início a 20 de Fevereiro de 2003, abrangendo 586 trabalhadores. No final de Fevereiro fez-se o acordo das indemnizações fixado em 1422.000.000 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois milhões de escudos).

A liquidação da Empresa Pública de Abastecimentos pós tentativa de privatização até ao momento tem dado que falar, tendo em vista que os cerca de 600 trabalhadores despedidos têm saído à rua para reclamar 650 mil contos de complemento de indemnização que o Governo alegadamente lhes deve desde Fevereiro de 2003, aquando da liquidação da empresa.

Segundo o sindicalista João Varela em entrevista ao Jornal “ASemana”, os trabalhadores foram despedidos sem justa causa, com base no artigo 152º do Regime Jurídico Geral de Relações de Trabalhos (RJGRT), agora revogado com a entrada em vigor do novo Código Laboral. Conforme a cláusula em apreço, os trabalhadores com até 15 anos de trabalho devem ser indemnizados com três meses de salário por cada ano e os com mais de 15 anos de serviço prestado recebem quatro meses de vencimento por ano de trabalho. Mas segundo o sindicalista com a liquidação da empresa, os despedidos com até 15 anos de trabalho receberam 1,5 meses de trabalho por cada ano de serviço e os com mais de 15 anos forma indemnizados com 2,7 meses de salário por cada ano de trabalho. O diferencial resultante da aplicação do artigo 152º do RJGRT, estimado em cerca de 650 mil contos que ficou por ser regularizado conforme o acordo de Fevereiro de 2003, com o acerto de contas no final da alienação dos bens móveis e imóveis da empresa.⁴⁸ O Governo defende que estes 650 mil contos reivindicados pelos os ex-

⁴⁷ Pg4

⁴⁸ Pina, Alírio. Jornal “A Semana”nº 846. Pg 4

trabalhadores ao Estado no acto da privatização da EMPA não constam no contracto assinado pelas partes.⁴⁹

Pode-se considerar a EMPA como uma tentativa de privatização que falhou por não adaptar a nova situação de liberalização económica e o aumento considerável da concorrência. De um momento para o outro uma empresa antes bastante lucrativa começa a dar sucessivos prejuízos ao Estado. A liquidação desta por sua vez trouxe conflitos entre o Estado e os antigos trabalhadores da empresa que repentinamente passaram a engrossar o desemprego no país.

Em termos macroeconómicos as liquidações levadas a cabo em Cabo Verde tem efeitos nas despesas públicas. É de destacar a declaração feita por João Santos coordenado cabo-verdiano da COMAC (Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial) a “Notícias Lusófonas” que indicou como uma das justificativas do aumento da despesa pública o “esforço de pagamento das indemnizações resultantes da liquidação das empresas públicas”, ainda citou os casos da Empresa dos Transportes rodoviários (Transcor) e da Empresa Publica de Abastecimentos (EMPA). Segundo as declarações do Coordenador em ambos os casos o tesouro teve de suportar “despesas consideráveis”, estima-se que a liquidação da EMPA tenha custado 1,4 milhões de contos cabo-verdianos e a TRANSCOR 300 mil contos cabo-verdianos, tendo este último montante sido já “integralmente pago”.⁵⁰

⁴⁹ Pina, Constância. Jornal “A Semana” nº 864 pg 4

⁵⁰ Noticias Lusófonas” Cumpridos critérios do acordo cambial com Portugal. 11 de Janeiro de 2009
www.noticiaslusofonas.com

2.4.2. ELECTRA

A Electra, empresa responsável pelo fornecimento de energia e água, o seu fortalecimento é visto como indispensável ao desenvolvimento económico do país. Os investimentos no sector de energia e água possibilitam a melhoria da “qualidade de vida” das pessoas, e mesmo atingir algumas metas de desenvolvimento, como por exemplo o acesso a água potável, investimentos estrangeiros e quiçá implementação de indústrias.

A Electra S.A., empresa de electricidade e água de Cabo Verde, foi criada pelo Decreto-Lei nº 37/82, de 17 de Abril, como uma empresa pública.

Da integração de três organismos surge a Electra:

- (I)** Electricidade e Agua do Mindelo (EAM), construída pela fusão da Junta Autónoma de Dessalinização de Agua (JAIDA) com a Central Eléctrica do Mindelo (CEM). Fusão essa ocorrida em 1978;
- (II)** Central Eléctrica da Praia (CEP), organismo responsável pela produção e distribuição de electricidade na cidade da Praia;
- (III)** Electricidade e Agua do Sal (EAS), serviços municipais de agua e de electricidade da ilha.

O objectivo central da criação da Electra foi criar um organismo com capacidade técnica e financeira para garantir o abastecimento de água e energia nos centros urbanos, desta forma favorecer o desenvolvimento socioeconómico.

A quando da sua fundação a Electra contava com 196 trabalhadores, 9255 clientes de energia e 2855 clientes de agua.

Foi transformada em Sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-lei nº 68/98, de 31 de Dezembro. O capital social passou a ser de 600 mil contos, detido maioritariamente pela EDP – Electricidade de Portugal, SA e pela IPE – Águas de Portugal, Sociedade Gestora de participações sociais, SA, na sequência da aquisição, em Dezembro de 99, de 51% das acções anteriormente pertença do Estado de Cabo Verde,

que passou a deter 35% do capital social. Os restantes 14% pertencem a Municípios do país.

Em 26 de Junho de 2006 foi assinado um acordo entre o Estado de Cabo Verde e o agrupamento de EDP/Adp em que passaria o controlo da empresa para o estado de Cabo Verde com 51% das acções e EDP/Adp 34% e 15% aos municípios.

O objecto social da Electra, definido pelos seus estatutos, consiste na produção, distribuição e venda de água e electricidade, bem como a recolha e o tratamento para a reutilização de águas residuais em todo o território nacional, podendo dedicar-se a outras actividades relacionadas com o seu objecto. A Electra é assim a única empresa a fornecer energia eléctrica a todo o território nacional.⁵¹

Em 1999 com as reformas económicas em curso no país, levou-se a cabo uma reestruturação do sector de energia e água. O objectivo da mudança era estender os serviços de energia e água que existia nas ilhas de São Vicente, Praia, Sal e Boa Vista a quase totalidade do país. Pode-se afirmar que 1999 foi um ano de transformações na empresa, com o Decreto-lei nº 68/98 a Electra passou a ser uma sociedade anónima, com capital social de 600.000 contos, representado por 600.000 acções no valor de mil escudos cada. Procedeu-se a integração dos sistemas municipais de transformação e distribuição de electricidade, água e saneamento líquido, ainda o alargamento das actividades a todas as ilhas

No dia 9 de Dezembro de 1999 foi assinado o contracto mediante o qual o Estado de Cabo Verde alienava 51% do capital da Empresa ao agrupamento EDP/IPE- Águas de Portugal.

A empresa vinha tendo problemas devido as tarifas de água mais baixas do que a produção; de referir que no relatório de contas da Electra de 1999 se afirma que estes resultados foram minimizados devido as operações de saneamento levado a cabo no âmbito da privatização.

⁵¹ Fonte: Electra

A empresa ficou organizada em termos de accionistas da seguinte forma:

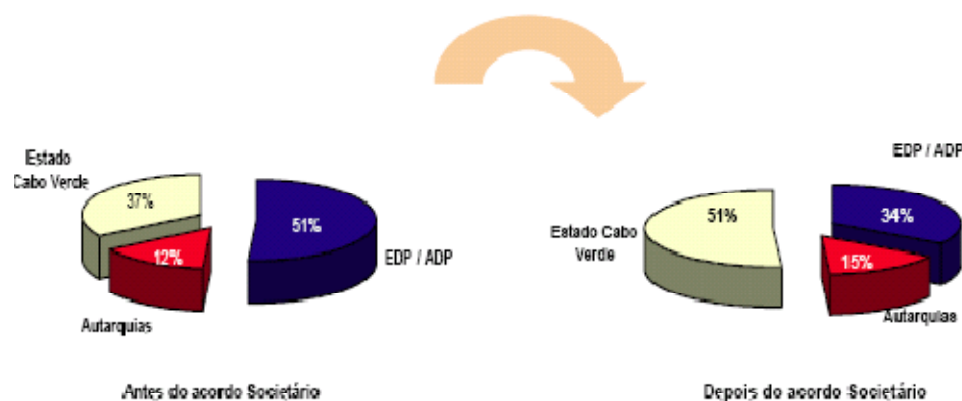
Tabela 3 - Variação do quadro accionista da Electra:

Accionistas	1999	2000
Estado de Cabo Verde	36,695%	35,3085%
EDP	30,6%	30,6%
IPE	20,4%	20,4%
Município da Praia	1,632%	1,632%
M. de S.Vicente	0,284%	0,284%
M. do Sal	0,056%	0,056%
M. da R. Grande	1,658%	1,658%
M. do P. Novo	1,193%	1,93%
M. Paul	0,691%	0,691%
M. de S. Nicolau	1,591%	1,591%
M. Boa Vista	0,193%	0,193%
M. Maio	0,413%	0,413%
M. Tarrafal	0,796%	0,796%
M. S. Catarina	1,732%	1,732%
M. S. Domingos	0,769%	0,769%
M. C. S. Miguel	0,515%	0,515%
M. Mosteiros	0,513%	0,513%
M. Brava	0,269%	0,269%
M.S. Filipe		1,3865%

Fonte: Relatórios de Conta – Electra 1999/ 2000

Os accionistas da Electra mantiveram praticamente igual até 26 de Julho de 2006, data de um acordo entre o Estado de Cabo Verde e o agrupamento EDP/ADP, onde o controlo da Empresa passa para o Estado.

Gráfico 1. Acordo Societário Electra:



Fonte: Relatório de Contas – Electra 2006

Um dos objectivos da privatização é melhorar o serviço, mas a Electra mesmo com a privatização continuou a ter dificuldade em oferecer um serviço de qualidade aos clientes.

Tendo em vista a crise energética e de abastecimento de água em que se encontrava Cabo Verde, colocando entraves a toda a actividade económica nacional, bem como a vontade dos accionistas em por termo a grave crise financeira da Electra, foi assinado em 26 de Julho de 2006 um acordo entre o Estado de Cabo Verde e o agrupamento EDP/AdP em que se passaria o controlo da empresa para o Estado de Cabo Verde.

“As partes executaram uma reestruturação societária, que constituiu na reposição da situação líquida correspondente ao valor do capital social existente no início da concessão, no valor de 600.000 m CVE.

Neste acordo, o agrupamento EDP/AdP garantiu também o reescalonamento da dívida em cerca de 7,9 milhões de contos contraídos pela Electra junto da banca portuguesa, mediante a sua aquisição, subrogando-se no respectivo crédito perante a Electra. Deste modo, foi acordado o pagamento da referida dívida à EDP/AdP em 20 prestações anuais, sem qualquer encargo de juros para a Electra, com garantia do seu integral reembolso a ser

prestada pelo Estado de Cabo Verde. Em contrapartida das obrigações assumidas pelo agrupamento EDP/ADdP acima referido, ficou este agrupamento definitivamente desvinculado de todos os compromissos e obrigações assumidos na proposta técnica apresentada em Dezembro 1999, e que conduziu à assinatura do Contrato de Compra e Venda do bloco de 51% das acções detidas pelo Estado de Cabo Verde na Electra. Ficou igualmente sem efeito o Acordo de Accionistas, aprovado a 29 de Dezembro de 1999, entre o Estado de Cabo Verde e a EDP/AdP, ficando o agrupamento desvinculado de todos os compromissos e obrigações assumidas no referido acordo accionista.”⁵²

Em termos de pessoal a empresa teve o seguinte percurso desde a privatização:

Tabela 4 - Pessoal afecto as actividades permanentes da Electra:

Relatórios de Conta	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Trabalhadores efectivos	425	435	453	469	458	534	553	554	553
Trabalhadores contractos a prazo	169	251	272	261	223	119	106	125	102
Total	594	686	725	729	681	653	659	679	655

Fonte: Relatórios de Contas da Electra 1999/2007

Em 1999 registou-se um aumento de 232 trabalhadores resultante da integração dos sistemas municipais de produção e distribuição de electricidade e água, apresentando uma despesa com pessoal de 414.407 contos, superior em 42,5% ao ano anterior.

No Relatório de 2000 pode-se verificar um aumento de 92 trabalhadores. Este aumento deveu-se a integração dos sistemas municipais de produção e distribuição de electricidade dos concelhos de Ribeira Grande, Paul, Porto Novo, e o sistema de produção e distribuição de Rabil, na Boa Vista e da admissão de alguns trabalhadores no sistema de contrato a prazo. Paralelamente ao aumento dos trabalhadores há o acréscimo das despesas com pessoal em 39,3% no valor de 577085 contos.

⁵² Relatório de Contas – Electra - 2006

No ano de 2001 verifica-se um aumento de 39 trabalhadores devido a integração do sistema municipal de S. Filipe e admissão de trabalhadores para o quadro de efectivos.

Segundo o Relatório de Contas de 2002 houve um aumento dos trabalhadores da empresa e um crescimento do quadro efectivo, cerca de 0,6% em relação ao ano anterior, aponta-se como causas a integração dos Serviços de Electricidade da Câmara de Santa Cruz, ilha de Santiago que contribuiu com 23 trabalhadores, sendo 6 do quadro permanente e 17 contratados a prazo. É de verificar que houve entrada de 67 trabalhadores, 31 permanentes e 36 contratos a prazo, com a integração dos serviços de electricidade de Santa Cruz e admissão de pessoal houve saída de 59 trabalhadores: 41 por termino de contrato, 5 por reforma e 9 por iniciativa do trabalhador. Em 2008, o número de trabalhadores da empresa contabilizava-se em 687, sendo 564 efectivos e 123 com contratos a prazo. Houve um aumento de 32 trabalhadores (5%), em relação ao ano anterior, 11 dos quais foram efectivados e 21 com contratos a prazo.

O ano de 2003 foi de mudanças em termos de recursos humanos na tentativa de aumentar a eficiência e a eficácia dos meios disponíveis, através do princípio da verticalização. Ainda se destaca um acordo com os sindicatos de efectivar até final do 1º trimestre de 2004 os trabalhadores contratados a prazo cujas competências adequam às necessidades de operação. Com a medida houve redução de 48 trabalhadores, principalmente contratados a prazo. Era de esperar que o acordo com os sindicatos levaria ao aumento do número de efectivos, mas verificou-se o inverso, estes diminuíram de 468 para 458, ou seja registou-se 10 saídas. Os contratados a prazo que representavam 32,74% do efectivo total se constatou uma diminuição de 3,06% em relação ao ano anterior. No âmbito das admissões com contratos a prazo verificou-se uma diminuição significativa em relação ao ano anterior (36 em 2002 para 10 em 2003). Não houve aumento salarial.⁵³

Em 2004 a Electra colocou em prática o acordo firmado com os sindicatos no final de 2003, procedendo a efectivação de trabalhadores com contrato a prazo, no total de 87 trabalhadores, mas é de verificar que reduziu 28 funcionários, cerca de 4%, em consequência da saída de trabalhadores com contrato a prazo. Mas ao analisar o quadro

⁵³ Relatório de Contas Electra 2003

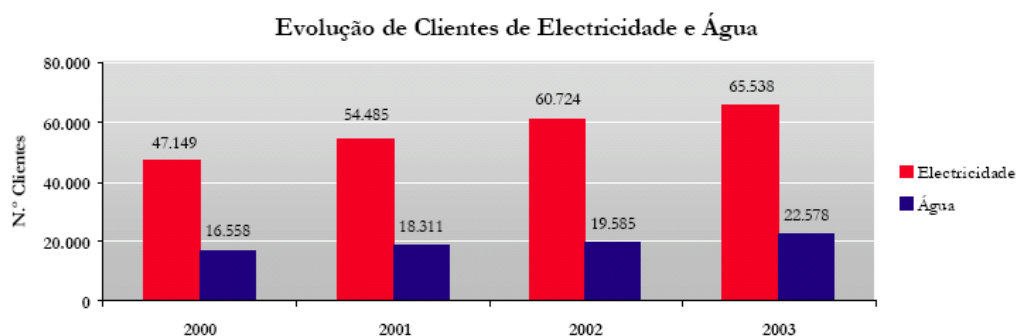
Pessoal afecto as actividades permanentes verifica-se que o número de funcionários em 2004 é menor do que em 2000. É de constatar que a partir de 2000 houve anexação a Electra dos Pólos Municipais de produção de energia, água e saneamento. Muitos dos funcionários de contrato a prazo acabaram por sair, se levarmos em conta que em 2004 a empresa admitiu em regime de contrato a prazo 23 trabalhadores.

Em 2005, relativamente ao efectivo total verificou-se um aumento de 6 trabalhadores (1%), em relação ao ano anterior, devido a saída de trabalhadores, principalmente contratados a prazo, e um aumento dos efectivos.

Pode – se concluir que o número de trabalhadores efectivos tem-se aumentado consecutivamente desde 1999.

Gráfico 2.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE *PERFORMANCE*



Fonte: Relatório de contas Electra 2003

Tabela 5.

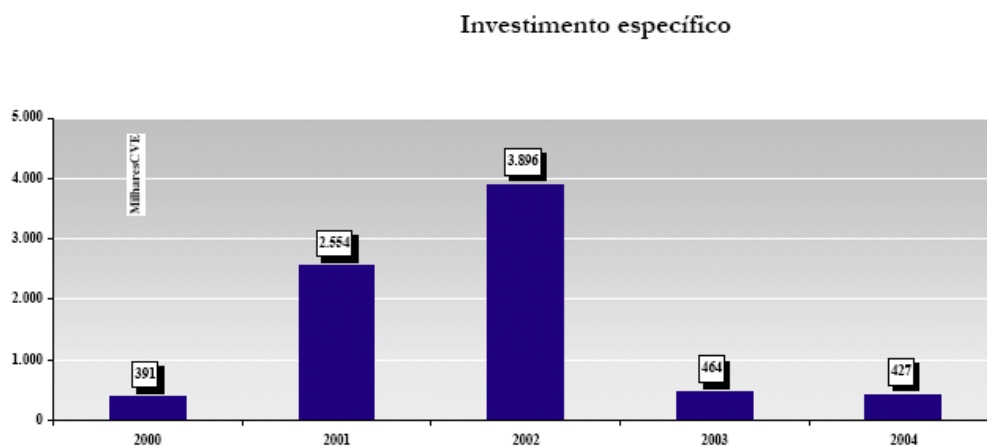
Quadro 7.1 - Evolução da rentabilidade e eficiência nos últimos 5 anos

	1995	1996	1997	1998	1999
MARGEM OPERACIONAL Raffi/Vendas	0,01	-0,04	-0,02	-0,03	-0,01
ROTAÇÃO DO ACTIVO Vendas/Activo	0,23	0,25	0,23	0,26	0,31
RENTABILIDADE DO ACTIVO Raffi/Activo Total	(*)	-0,01	(*)	-0,01	(*)
RENT. CAPITAIS PRÓPRIOS - Return on Equity ROE Lucro Disponível/Capitais próprios	-0,05	-0,10	-0,13	-0,11	(*)
ROTAÇÃO DE EXISTÊNCIAS Custo das EVC/ Existência média	1,89	1,84	1,70	1,94	1,66
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS Valores a receber/ vendas * 12	6,44	5,53	5,34	6,09	3,14

(*) Valores muito próximos de zero.

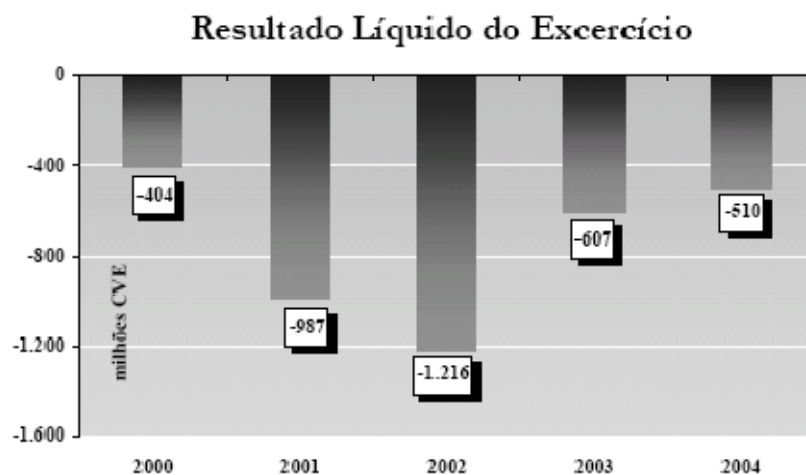
Fonte: Relatório de Contas ELECTRA 1999

Gráfico 3.



Fonte: Relatório de Contas Electra 2004

Gráfico 4.



Fonte: Relatório de Contas Electra 2004

Tabela 6 – Resultados da Electra de 2000 a 2005.

Resultados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	(milhares de escudos)	
							Variação 2005/2004	
							valor	%
Resultado Operacional ^{1,2}	-356.198	-913.812	-1.112.362	-348.575	-407.840	-276.174	131.666	32,3%
Resultados Financeiros	-16.429	-56.190	-17.109	-277.586	-215.334	-215.823	489	-0,2%
Resultados Correntes	-372.627	-971.002	-1.189.461	-626.161	-623.175	-491.997	131.178	21,0%
Resultados Extraordinários ²	-6.610	-7.099	-11.532	1.278	142.976	-9.447	-152.424	-1066%
Resultados Exercícios Anteriores	-25.104	-9.365	-14.928	17.522	-5.419	-37.571	-32.152	-5934%
Resultados antes de Impostos	-404.341	-987.466	-1.215.921	-606.961	-485.617	-539.015	-53.398	-11,0%
Impostos sobre os Lucros	0	0	0	0	0	0	0	-
Resultado Líquido do Exercício	-404.341	-987.466	-1.215.921	-606.961	-485.617	-539.015	-53.398	-11,0%

¹ Corrigido de Subsídio ao Gasóleo

² Corrigido das amortizações dos bens postos em concessão e subsidiados

Fonte: Relatório de Contas 2005

Tabela 7 - Resultados Líquidos da Electra:

Relatórios de Conta	1999	2006	2007
Resultados	167.395	1.440.6	1.542.525
líquidos	Contos	90	Contos
Negativos		Contos	

Fonte: Relatórios de Conta Electra

Os resultados de 1999 são considerados minimizados em relação a anterior e aponta-se como causa a operação de saneamento financeiro levado a cabo no âmbito da privatização. No ano de 2002 nota-se o agravamento dos problemas financeiros da Empresa, aponta-se como causa o 11 de Setembro conduzindo a economia a um período depressivo despoletando o aumento do preço da matéria-prima, nomeadamente o petróleo.⁵⁴

Houve melhorias em 2003 em cerca de 609 mil contos. Apontaram como causas:

- Aumento do volume de negócios em 903mil contos resultado (Aumento das tarifas, aumento disponibilidade e capacidade produtiva;
- Conversão do consumo de gasóleo para o fuel operada na sequencia do arranque das novas centrais eléctricas.

È de verificar a partir dos dados acima apresentados que a Electra mantém resultados negativos a revelia do “consenso” quanto ao aumento da rentabilidade e produtividade depois da privatização. Por ser um sector estratégico importante para o desenvolvimento do país, os constantes apagões e as crises por que tem passado coloca de certa forma entraves a um maior desenvolvimento do país.

Dr. José Maria Neves⁵⁵ e Dr. Carlos Veiga⁵⁶ em Debate no Jornal a “A Semana”⁵⁷ questionados sobre o caso Electra, ambos reconheceram que a empresa passa por graves problemas. Dr. Carlos Veiga comparou os problemas da empresa a um cancro.

⁵⁴ Electra. Relatório de Contas 2002

⁵⁵ Actual Primeiro-ministro de Cabo Verde

⁵⁶ Ex Primeiro-ministro de Cabo Verde

⁵⁷ O Artigo denominou-se “O Debate que faz história”, por colocar frente a frente os homens que governaram Cabo Verde nos últimos anos.

“Em relação a Electra, a gestão de serviços fundamentais em Cabo Verde é muito complicada sobretudo quando se trata de serviços essenciais como a energia eléctrica em que se tem situações cancerosas que vêm quase desde o início.”⁵⁸

Ainda o Dr. Carlos Veiga justifica o fracasso da parceria com as empresas portuguesas ADP/EdP.

“..., A ADP/EdP, não funcionaram como empresas. Alguns custos não foram repercutidos, tiveram problemas, e acabaram por tornar impossíveis os investimentos que tinham que fazer, chegando a uma situação insustentável em termos de serviços prestado.”⁵⁹

Ainda relativamente a Electra Dr. Carlos Veiga afirma que devemos questionar-mos a acumulação numa empresa só empresa as funções de energia, água, saneamento, e que faz sentido concentrar quando se tem capacidade de gestão e investimento.

Em relação ao assunto Dr. José Maria Neves afirma que uma empresa quando há grande deterioração organizacional, depois fica extremamente difícil resolver os problemas. Aponta algumas questões que prejudicaram o bom funcionamento da empresa como:

- Processos mal conduzidos, o primeiro relacionado com a forma que se procedeu a integração dos sistemas municipais à Electra, segundo este foi um somatório de ineficiências integradas a empresa, sistemas municipais vetustos e sem condições de funcionamento empresarial;
- Os parceiros que não fizeram os investimentos que deviam ter feito. Os investimentos no valor de 80 milhões de euros feitos em 2002/2003 deviam ser realizadas desde 1999, o que provocou um disfuncionamento no sector;
- Com a privatização da ADP/EDP estas desinteressaram completamente de Cabo Verde;
- Desde a integração da Electra com as empresas municipais não cobra dívidas ao Câmaras Municipais e privados.

Toda a situação de crise provocada por estes factores conduziu a negociação para a saída dos parceiros, a nacionalização da Electra.

⁵⁸ Veiga, Carlos. Debate Jornal “A Semana”. Pg 20

⁵⁹ Idem

A nacionalização segundo Dr. Carlos Veiga, se se pode assim dizer não é solução, pois trás com ela germes de outros problemas.⁶⁰

Em entrevista ao Jornal “A Semana” a Ministra das Finanças Cristina Duarte questionada a cerca da dificuldade que a Electra teve de reembolsar os títulos obrigacionistas vendidos na Bolsa de Valores, necessitando do auxilio do Governo, defende à semelhança do Dr. José Maria Neves a necessidade de realizar investimentos. Afirmar que só ao combinar o investimento com política comercial e de cobrança, é que a empresa poderá ganhar fôlego.

A Ministra demonstra claramente que a nacionalização foi algo emergêncial, uma tentativa de solucionar os problemas da empresa e prepara-la para ser privatizada.

“...a produção de energia em Cabo Verde não deve ser 100% pública, aliás, já não é...Portanto, esse é um sector que já está aberto ao sector privado nacional e estrangeiro, há várias propostas sobre a mesa e já temos experiencias como a da Boa Vista para mostrar-mos o caminho que devemos seguir.”⁶¹

Pode-se concluir que a Electra agravou os seus problemas após a privatização, destaca-se as dividas com as empresas petrolíferas no valor de 800 mil contos a Shell e a Enacol, resultados correntes e líquidos permanentemente negativos, dificuldade de cobrar dividas a utentes e Câmaras Municipais, o fracasso da parceria com a ADP/ EDP, entre outros, colocando em causa a crença de que as empresas privatizadas são mais eficientes do que as públicas. A privatização não origina necessariamente a eficiência.

Tudo indica que o controlo do Estado na Electra é algo passageiro, espera-se que o retorno desta à iniciativa privada assuma outros contornos.

⁶⁰ Idem

⁶¹ Duarte, Cristina. Jornal “A Semana” n° 865 de 7 de Novembro de 2008

2.4.3. CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE (CECV):

Aquando da Independência, em 1975, Cabo Verde tinha a sua estrutura bancária sustentada por quatro instituições financeiras: Banco Nacional Ultramarino⁶², era um banco emissor e tinha função comercial com filial em S.Vicente e Praia e uma delegação na ilha do Sal; seguia a Caixa de Crédito de Cabo Verde, fornecia crédito ao Estado, conjuntamente com a delegação do Mindelo do Banco do Fomento e a Caixa Económica Postal completava o sector de actividade bancário.

Longo a seguir a independência houve a necessidade de criar o Banco de Cabo Verde, acumulando funções de central e comercial, constituída apenas por capitais públicos cabo-verdianos.

Paulatinamente as instituições financeiras acima citadas foram extintas e/ou modificadas. Em 1976 com o encerramento do Banco Nacional Ultramarino e o Banco do Fomento, o Banco de Cabo Verde⁶³ passou a ser a principal instituição bancária nacional. Depara-se com uma centralização do sector financeiro nacional, para um país recém independente, passo extremamente importante tendo em conta que até então os bancos eram de capitais “portugueses”. Com o surgimento do Banco de Cabo Verde possibilita em 1977 a emissão das primeiras notas do país, investimentos no sector público e comercial.

Em 1990 houve reforma na legislação financeira/bancária, no intuito de criar condições para o desenvolvimento e “modernização” do sistema bancário nacional, ocorre com a alteração da Lei Orgânica do BCV pelo DL nº 52 – D/90, que vem dar maior destaque à função de “banco central” e dá-se um afastamento da vertente comercial desta instituição financeira.

A Caixa Económica de Cabo Verde pode enquadrar no estudo, por ser um dos bancos a aparecer no panorama cabo-verdiano pós liberalização económica.

⁶² Banco Nacional Ultramarino foi o banco emissor, comercial de 1864 a 1975 em Cabo Verde.

⁶³ Banco de Cabo Verde foi criado em 1975. Detinha a função de banco central e comercial com capitais exclusivamente públicos.

A Caixa Económica de Cabo Verde foi criada pelo artigo 75º do decreto nº 15490, de 18 de Maio de 1928 com a designação de "Caixa Económica Postal", integrada no então serviço dos "Correios e telegráficos" sob a tutela do Ministério das Telecomunicações.

A 14 de Novembro de 1929 é aprovado o Regulamento da Caixa Económica Postal, dando-se, assim, início às suas funções, com abertura de delegações na Praia, em São Vicente, na Boa Vista, em S. Filipe, no Maio, em Ponta do Sol, no Sal, em St. Catarina, na Vila Nova de Sintra e na Vila da Ribeira Brava.

A Caixa Económica postal tinha as seguintes funções:

- Aceitar e pagar depósitos voluntários em dinheiro;
- Prestar apoio para compra, administração de papéis de crédito, bem como recolher mediante afixação de selos postais.⁶⁴

Pelo Decreto nº 167/85, de 30 de Dezembro de 1985, foi transformada numa instituição financeira autónoma, com a designação de Caixa Económica de Cabo Verde, com natureza de empresa pública, tutelada pelo Ministério das Finanças, passou a ter outras funções como:

- Receber os depósitos a ordem ou a prazo (de particulares, sociedades comerciais e demais pessoas colectivas direito privado);
- Conceder créditos pessoais;
- Realizar operações de crédito á Habitação;
- Deter participações financeiras nos termos da lei;
- Realizar outras operações ou serviços que lhe fossem acometidos por lei ou autorizados pela entidade de tutela, ouvido o Banco de Cabo Verde.⁶⁵

Em 1993 a partir Decreto lei nº54/93 de 31 de Agosto, foi transformada de Caixa Económica de Cabo Verde, de empresa pública para Sociedade Anónima, permitindo a sua participação no sistema financeiro como banco universal, desta forma passa a realizar todas as operações legalmente autorizadas aos bancos. A justificativa apontada para a criação da Caixa Económica de Cabo Verde foi promover o desenvolvimento económico e social sustentável do país, desenvolvendo a actividade de intermediação bancária a nível nacional e regional. É o segundo maior banco de Cabo Verde, orientado

⁶⁴ Caixa Económica. Balanço Social 2006.

⁶⁵ Idem

essencialmente para o mercado de retalho, dos Particulares Residentes e Emigrantes, e das Empresas, nomeadamente PME's e microempresas.⁶⁶.

O seu Capital Social foi aumentado de 60.000.000,00 (sessenta milhões de escudos) para 348.000.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões de escudos), passando a integrar no seu elenco societário, além do Estado, empresas e instituições públicas. Foi subscrito da seguinte forma:

- 146 Mil contos – Estado;
- 74 Mil contos – INPS;
- 48 Mil contos – Privados;
- 40 Mil contos – Garantia;
- 40 Mil contos – CTT.

A cota reservada aos privados nacionais não chegou a ser subscrita, tendo o Estado aquando do processo de privatização subscrito 48.000 acções referentes aos 48.000 contos.

Para cumprir os objectivos consagrados no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000 e no quadro das reformas económicas, o Estado entende que deve afastar-se do exercício do papel de agente económico directo, deixando a referida missão aos privados.

Em 1999 o Estado aliena, por concurso público, 100% da sua participação directa na Caixa Económica de Cabo Verde, tendo o agrupamento Internacional Montepio Geral /Impar sido declarado vencedor do concurso internacional então aberto. O Contrato de compra e venda das acções foi assinado no dia 9 de Novembro de 1999, passando, assim. As suas 348.000 acções passaram a estar agrupadas em dois tipos:

a) As acções nominativas são em número de 139.200 e delas podem ser titulares as empresas integrantes do «Agrupamento Internacional MG – IMPAR», que as adquiriram ao Estado.

⁶⁶ www.caixa.cv

b) As acções ordinárias e escriturais são em número de 208.800 e delas podem ser titulares as pessoas singulares, ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, domiciliadas, ou não, no território nacional.

A CECV foi, conjuntamente com outras duas instituições, das primeiras a ser cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde, em finais de 2005.

A CECV é uma Sociedade Anónima, com um Capital Social de 348 milhões de Escudos Cabo-verdianos, representado por 348.000 acções, cada uma com o valor nominal de 1000 Escudos.

São accionistas da CECV os seguintes, nas seguintes proporções:

Tabela 8 – Distribuição das Acções da Caixa Económica de Cabo Verde

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31.4
Montepio Geral - Associação Mutualista	61.272	17.6
Correios de Cabo Verde	52.160	15.0
Impar – Companhia Cabo-verdiana de Seguros	38.368	11.0
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9.8
Grupo Local	26.045	7.5
Outros Subscritores	22.726	6.6
Trabalhadores	3.835	1.1
Total	348.000	100

Fonte: Caixa Económica. Balanço Social 2006

Na sequência das privatizações, o Montepio Geral passou a ser o parceiro estratégico da empresa, com poderes de propor, para a gestão da empresa, o Presidente do Conselho de Administração e o da Comissão Executiva.

Os primeiro e terceiro accionistas são instituições controladas pelo Estado de Cabo Verde, cabendo a este propor Administradores, bem como outros elementos dos outros órgãos Sociais.

É de destacar que maior parte desta Instituição financeira pertence ao Instituto Nacional de Previdência Social, uma instituição estatal.

A Caixa Económica de Cabo Verde, como segunda maior instituição financeira do país, conseguiu alcançar bons índices, dos quais se destacam o produto bancário que foi de 1.074 milhares de contos em 2006.

Em relação aos recursos humanos a CECV, contava em 2004, 162 trabalhadores, um aumento do efectivo em 8% em relação ao ano anterior. Constatase que manteve o número de funcionários em 2005.

Em 2006, a CECV contava com 192 colaboradores, sendo 147 de quadro, 42 com contratos a termo e 3 de licença de longa duração. Dos em efectividade, 94 são mulheres e 98 são homens. A média de idade situava-se nos 36 anos.

Quanto a qualificações, 41% têm formação superior, 8% têm frequência universitária e 31% tem o 3º ciclo completo.

No ano de 2007 houve um aumento considerável de trabalhadores, estes totalizaram 213, sendo 156 do quadro, 53 contratos a termo e 4 de licença de longa duração.

O produto bancário médio por trabalhador foi de 5.966 contos em 2006.

2.4.4. TELECOMUNICAÇÕES DE CABO VERDE (CVTelecom):

CVTelecom é vista como uma privatização de sucesso, tem boa rentabilidade e tem feito investimentos em tecnologia moderna, embora estes ganhos têm como causa o facto da empresa monopolizar o mercado até recentemente.

As telecomunicações de Cabo Verde surgem no século XIX, com a instalação do cabo submarino em 1874. Tiveram o propósito inicial de fornecer apoio a armada inglesa e ao Porto Grande, oferecendo ajuda aos navios que por aí passavam, desta forma foi implementado o Telegrafo.

As primeiras redes telefónicas chegam a Cabo Verde em 1919, a expansão do serviço só acontece na década de 50. ⁶⁷Na década de 50 foi instalado o primeiro telefone público, as chamadas eram realizadas a partir da central. A partir de 1974 todas as ligações nacionais passaram a ser automáticas. Em 1983 com a instalação da estação terrena da comunicação via satélite, as chamadas internacionais anteriormente realizadas via telefonista passaram a ser automáticas. Em 1991, inicia-se a digitalização das centrais telefónicas e com isso o alargamento das ligações directas internacionais. Em 1995 dá-se a divisão da Empresa Publica dos Correios e Telecomunicações, originando duas novas: Cabo Verde Telecom e Correios de Cabo Verde. ⁶⁸

Esta medida de dividir a empresa, era uma estratégia visando a privatização, visto que no mesmo ano se inicia o processo de privatização da Cabo Verde Telecom.

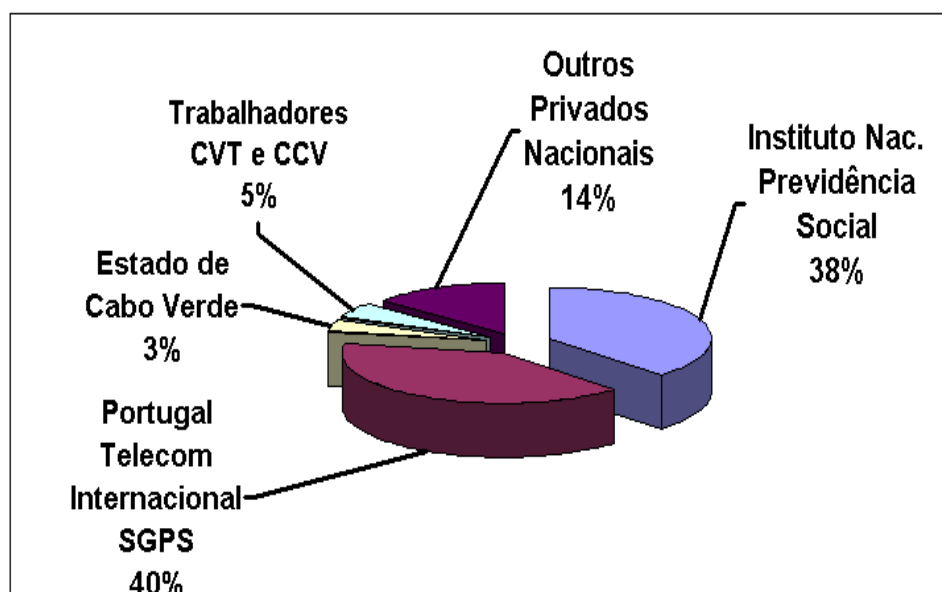
Com a privatização da empresa é instalado dois anos depois o sistema de cabo Submarino de fibra óptica inter-ilhas, é lançado a Rede de Dados X.25 e Internet, e em 1998 arranca-se com a Rede Móvel GSM.

⁶⁷ Priv.cv.htm

⁶⁸ Idem

As acções da CVTelecom encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 5. Distribuição das acções da CVTelecom.



Fonte: CVTelecom

A privatização dá-se da seguinte forma:

- A alienação de 5% das acções a favor dos trabalhadores da CvTelecom e Correios de Cabo Verde. A venda foi realizada na CvTelecom, num período de um mês a partir de 28 de Outubro de 1996, cada acção por 3.140 escudos.⁶⁹
- 23 de Dezembro de 1996, é autorizado pelo Ministro da Coordenação Económica a alienação de 240.000 acções detidas pelo Estado, representativa de 24% do capital social da CvTelecom. As acções destinavam-se a um vasto público desde pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiros, domiciliadas ou num no país, estas podiam ser adquiridas a partir de leilão competitivo, ao preço base de 3.500 escudos. Esta venda encontrava-se vedada às entidades que detinham participação igual ou superior a 40%.⁷⁰ Adquirir as acções tornava bastante difícil a alguns nacionais pelo preço de base e por serem vendidas em leilão.

⁶⁹ B.O. nº 38 – II série – 23/09/96.

⁷⁰ B.O. nº 51 II série – 23/12/96.

- É autorizado ao Instituto Nacional de Previdência Social a aquisição ao Estado de Cabo Verde de 240.000 acções da CVTelecom, através de negociação particular, conforme estabelecido no Decreto-lei nº I/98 de 12 de Janeiro de 1998.⁷¹
- Ainda no decorrer de 1998, é deferido a aquisição por parte dos trabalhadores não accionistas 0,0325% do capital social da CVTelecom. Estes puderam usufruir de um desconto de 15% sobre o preço base. É colocado ao público em leilão competitivo, ao preço base de quatro mil escudos por acção, 150,554 acções correspondentes a 15.0554% do capital social da empresa, sendo esta última vedada aos detentores de mais de 10% das acções da empresa.

Com este pequeno histórico da aquisição das acções da CVTelecom pode verificar uma preocupação de possibilitar aos funcionários da empresa o acesso ao capital social da mesma. Podemos verificar que a PTTelecom, tem um peso nas decisões da empresa, mas o investimento privado nacional não fica atrás, respeitando os propósitos da Lei nº 41/V/97, anteriormente citada.

A empresa obteve após a privatização os seguintes resultados:

Tabela 9 - Resultados Líquidos em milhões de escudos cv da CVTelecom:

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RESULTADOS LÍQUIDOS	827	1.696	2.005	2.135	1.954	1.504	390	1.866

Fonte: Relatório de Contas CVTelecom 2004/2007

Pode-se verificar que a empresa obtém a partir de 2000 excelentes resultados líquidos. CVTelecom é uma empresa muito rentável e o reflexo disto é o aumento considerável da cotação das acções da mesma desde a sua privatização.

⁷¹ B.O. nº 7 I Série – 23/02/98.

Tabela 10 - Pessoal afecto as actividades da CVTelecom:

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
TRABALHADORES	*	*	*	*	454	442	416	408

*Sem dados.

Fonte: Relatório de Contas CVTelecom 2004/2007

No ano de 2006 houve uma redução de trabalhador em 2,6% devido a cedência de trabalhadores as outras empresas do grupo CVTelecom.

Embora a CvTelecom tenha sido privatizada ainda não se encontra cotada na Bolsa de valores. Muitos são os factores que têm impedido a entrada da CVTelecom na Bolsa de cabo Verde apontados por Humberto Santos em entrevista a Jornal “A Semana”:

- 40% Das acções pertencem a Portugal Telecom – são um bloco indivisível por lei;
- 40% Pertencem a INPS que conta com as acções para a gestão financeira;
- Os demais não estão dispostos a vender as suas acções , já que uma empresa com uma margem de lucros de 20% ao ano é apetitosa a todo o detentor desses títulos.⁷²

Tabela 11. Produto Interno Bruto (preço de mercado/ Preço corrente/ Milhares de contos) – Comunicações

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
647.8	736.0	893.9	1109.1	1239.4	1323.0	1441.4	1766.9	2284.6	2888.9	3700.9	4270.0	4624.3	4890.8

Fonte: INE

⁷² Jornal “A Semana” de 17 de Abril de 2009 – Nº 888

O produto Interno Bruto das Comunicações em Cabo Verde, aumentou desde 1990, mas a partir de 1995 com a cisão da empresa a tendência é aumentar o PIB. Com a privatização em 1999 manteve o ritmo de crescimento.

Segundo avaliação da Agência Nacional das Comunicações (ANAC), revelam que o sector das telecomunicações representa cinco por cento do PIB em Cabo Verde.⁷³

Verifica-se que a privatização da CVTelecom foi realizada com cautela e controle tendo em conta a importância da mesma para o desenvolvimento do país, possibilitando o investimento nacional e internacional. A modalidade de privatização provavelmente deveu-se a dimensão e a perspectiva de desenvolvimento da mesma.

Da pequena análise realizada de algumas empresas privatizadas, pode-se afirmar que houve casos de sucessos e insucessos e que a CVTelecom é o que ofereceu melhores resultados. Mesmo com a actual crise económica os lucros da CVTelecom continuam em alta. Humberto Bettencourt Santos em entrevista a Jornal “A Semana” afirma “Ao que parece, é na crise que as pessoas têm mais necessidade de comunicar”⁷⁴

⁷³ A Semana On-line de 8 de Outubro de 2008

⁷⁴ A Semana de 17 de Abril de 2009 N° 888

3. IMPLICAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS VERIFICADAS

DESDE O INICIO DAS PRIVATIZAÇÕES:

A economia de Cabo Verde no período que sucedeu a independência (1976-1985), foi de grande crescimento que quase quintuplica o valor nominal do PIB, na década de 80 a progressão é de 1 para 3. Durante o período o PIB cresceu cerca de 6%. Aponta-se como causa do desenvolvimento da economia de Cabo Verde na Primeira República a política económica centrada essencialmente na realização de alguns investimentos públicos de grande dimensão em especial nas infra-estruturas de base (vias de comunicação, transportes, electricidade, água, saneamento básico e desenvolvimento rural). Verifica-se ainda no período pós-independência o surgimento de muitas das principais empresas públicas do País. Outros aspectos favoreceram Cabo Verde: beneficiou na altura de grande apoio financeiro externo e das remessas dos emigrantes que ajudaram a equilibrar a balança de pagamentos. Este crescimento abrandou de 1989 até 1992. Aponta-se como causas tanto factores exógenos como endógenos: a sensibilidade da economia nacional, a diminuição do financiamento externo, devido a redução do fluxo de transferências com origem tanto no sector privado como no sector público.⁷⁵

O abrandamento do crescimento no intervalo de 1989 a 1992 coincide com o final da Iª República e o início da segunda. Pode-se supor que o abrandamento do crescimento associado ao desgaste verificado com o uni partidarismo possam ter favorecido a derrota do PAICV nas primeiras eleições democráticas realizadas no país.

As tabelas que se seguem dão uma visão panorâmica do crescimento do PIB nos últimos anos.

⁷⁵ Unidade de coordenação do projecto de privatização e reforço da capacidade de regulação institucional. Processo de privatização da EMPA. Pg 11 - 12

Tabela 12 - Produto Interno Bruto, PM – Preços de Mercado

Preços Constantes de 1980 – Milhares de Contos

Sectores Económicos	1980	1985	1990	1995	2000
Sector Primário	1097,2	1049,2	1382,1	1369,4	1782,2
Sector Secundário	932,7	1407,8	1854,2	2363,4	2970,1
Sector Terciário	3326,0	4866,1	5769,3	7727,8	12074,2
Total	5714,0	7869,6	9526,3	12277,8	18342,3

Fonte: INE – Cabo Verde – Contas Nacionais

Tabela 13 - Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros seleccionados, 2004-08 Contas nacionais e economia de Preços

Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros seleccionados 2004-08 ¹

	2004	2005	2006	<u>2007</u> Est.	<u>2008</u> Proj.
(Percentual de Mudança, salvo indicações em contrário)					
<i>Contas Nacionais e Economia de Preços</i>					
Crescimento do PIB	4.3	6.5	10.8	6.9	6.5
PIB per capita	2.4	4.6	8.8	5.0	4.5
Preços ao Consumidor (em percentagem, media anual)	-1.9	0.4	5.4	4.4	3.6

A Formação bruta de capital (porcento do PIB)	38.9	41.0	43.0	42.6	45.0
Poupança Nacional Bruta (porcento do PIB)	25.3	37.6	38.0	33.4	35.6
<i>Dinheiro e Crédito</i>					
Activos externos líquidos	31.9	58.8	14.8	22.9	20.3
Crédito à economia	9.3	9.0	30.0	15.5	14.6
Dinheiro Grande (M2)	10.5	15.5	17.7	10.6	11.8
<i>Governo central</i>					
Total Receitas Domésticas (porcento do PIB)	23.3	23.7	23.9	25.4	24.2
Total das Subvenções (porcento do PIB)	9.0	6.3	5.5	4.8	5.6
Total das despesas (porcento do PIB)	36.1	36.3	34.3	30.9	34.0
Saldo Global (incluindo Subsídios, porcento do PIB)	-3.8	-6.3	-4.9	-0.7	-4.2
Dívida externa (porcento do PIB)	55.0	53.7	47.2	47.2	44.5
Net Divida interna (porcento do PIB)	34.6	33.3	28.8	19.7	16.4
<i>Externas</i>					
As Exportações de bens e serviços (moeda local)	5.3	23.9	35.0	14.1	20.9
Importações de bens e serviços (moeda local)	6.5	0.5	23.4	17.9	13.9
Taxa de câmbio efectiva real (Media anual)	-3.0	-2.5	2.7	1.3	...
Balança de pagamentos Global (porcento do PIB)	4.1	5.6	4.7	6.1	4.0
Balança Corrente (incluindo os actuais subsídios, porcento do PIB)	-14.4	-3.4	-5.0	-9.1	-9.4
As reservas brutas (meses de importação prospectivo)	2.4	2.8	3.1	3.6	3.8
A dívida externa de serviços (porcento das exportações)	11.2	8.6	5.7	4.7	4.1

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e os serviços do FMI estimativas e projecções.

¹ 4 de Junho de 2008.

Ao tomar o PIB por sectores com intervalos de 5 anos verifica-se que houve crescimento em todos os sectores durante a Primeira e a Segunda República, ainda pode-se constatar que de 1995 a 2000 o crescimento é maior.

A Tabela 13 retrata o crescimento do PIB recentemente, indicando as percentagens do aumento. De 2004 a 2008, o ano que se destaca é 2006, onde verifica-se um aumento do PIB em 10,8%, mas em média neste período, este indicador de “desenvolvimento” cresceu 6,5%. Isto só comprova que a economia cabo-verdiana, mesmo perante as dificuldades originadas pela sua insularidade e limitações naturais tem crescido a um ritmo consideravelmente positivo.

“Depois do abrandamento do ritmo da evolução da economia que se assinala, como foi dito, entre 1989 e 1992, dá-se uma rotura com esse ciclo logo a partir de 1993 que projecta um novo PIB para níveis de crescimento que se encontram mesmo ligeiramente acima dos valores obtidos na década de oitenta. De facto, através da informação disponibilizada anteriormente, pode verificar-se que no triénio 1993-1996, o PIB cresce em termos reais médios acima dos 7%, reduzindo-se em seguida o índice de crescimento para sensivelmente metade dessa percentagem.”⁷⁶

Outro aspecto de destaque na Tabela 12 é o peso que o sector terciário tem na economia de Cabo Verde. Muitos países tentam reduzir a pobreza através da industrialização, do desenvolvimento do sector “mais produtivo” da economia, tal não se verifica no País, em muito originado pela sua especificidade, como poucos recursos naturais, reduzida dimensão territorial, impossibilitando ou dificultando o desenvolvimento da agricultura e da indústria.

Entende-se por sector terciário o que se ocupa da prestação de serviços às empresas e aos consumidores finais, abrange desde o transporte, distribuição à venda de mercadorias.

⁷⁶ Unidade de coordenação do projecto de privatização e reforço da capacidade de regulação institucional. Processo de privatização da EMPA. Pg 16

O peso que o sector terciário tem na economia de Cabo Verde deve-se fundamentalmente ao forte crescimento do turismo, transportes, do sector bancário e dos transportes.⁷⁷

A força que o sector terciário tem na economia de Cabo Verde suscita questionamentos, tendo em conta que é considerado improdutivo e residual. É de destacar que o sector terciário cresce em todo o mundo principalmente nos países “desenvolvidos” e o mesmo acontece em Cabo Verde, embora este última não pertence ao grupo.

O Relatório Final realizado pelo Governo, para identificar os sectores chaves da economia, salienta que a economia cabo-verdiana é comparável em alguns aspectos as economias em estado avançado de desenvolvimento, na medida que o sector primário representa uma pequena parcela do PIB, sendo o sector terciário predominante. Apontam também como causas para este fenómeno: as razões geoestratégicas que fazem com que a agricultura seja incipiente e de subsistência e ainda a falta de matérias-primas para dinamizar o sector terciário.⁷⁸

Constata-se desta forma que o sector primário é o que menos cresce, embora em 1980 as diferenças existentes entre os três sectores eram menores do que 2000. Arrisca-se afirmar que o sector primário se encontra praticamente “estagnada”.

Os rendimentos agrícolas assumem um papel preponderante na sobrevivência de um quarto da população efectiva, desta forma o mau desempenho do sector primário pode significar o agravamento das condições de vida, riscos de pobreza para os trabalhadores rurais.⁷⁹

No âmbito internacional depara-se com um crescente optimismo em relação ao desempenho da economia do país e as suas conquistas sociais.

⁷⁷ CABO VERDE. Documento de Estratégia de Redução da Pobreza.2004 pg. 5

⁷⁸ CABO VERDE. Relatório Final. Identificação dos sectores chaves da economia cabo-verdiana 1980-2000.

⁷⁹ CABO VERDE. Documento de Estratégia de Redução da Pobreza.2004 pg. 5

Segundo o Artigo IV do FMI de 2 de Julho de 2008, referente a Cabo Verde, consideram que o país alcançou grandes transformações económicas, tendo em conta que PIB per capita que aumentou em média mais de 7 por cento ao ano, mais rápido que outras economias de ilhas pequenas e outros países na África subsaariana. A taxa de desemprego caiu por mais de 10 % entre 2001 e 2006 e ainda afirmam no artigo que o país está no caminho de alcançar a maioria das Metas de Desenvolvimento de Milénio antes das 2015, inclusive em relação ao nível de pobreza, consideram isto notável para uma economia de ilhas pequenas sem recursos naturais. Há reconhecimento internacional do desempenho forte e credível da política de Cabo Verde, algumas delas são de destaque: o país foi aceite como um sócio especial da União europeia em 2007; foi convidado a unir a Organização de Comércio Mundial (WTO).⁸⁰

Afirma-se no documento que há um crescimento económico forte acompanhada de uma inflação moderada. Baseado nos dados do Instituto Nacional de estatística (INE), foi calculado crescimento do PIB de aproximadamente 7 por cento em 2007 e, contando os efeitos da grave crise económica global, crescimento só deveria moderar ligeiramente a 6 por cento e ½ em 2008 com o desenvolvimento da industria do turismo e construção.⁸¹

Ainda afirma-se no artigo que encontra-se em andamento uma série de reformas estruturais no sentido de nutrir a competição e aumentar o papel do sector privado na economia. Além de já ter sido privatizadas várias empresas nacionais, estão a preparar a privatização da TACV; e o processo de privatizar o operador de portos (ENAPOR) está em andamento. A bolsa de valores de Cabo Verde foi revitalizada; sua capitalização de mercado é agora 25 por cento de PIB (de zero em 2005).⁸²

Embora, os altos índices de “desenvolvimento” que Cabo Verde vem apresentando desde a sua independência, mas fortemente baseada nas remessas dos emigrantes, investimento directo estrangeiro que tornam mais vulnerável as flutuações e as crises económicas internacionais. Com a actual crise internacional FMI “arrefece” o

⁸⁰ IMF. Executive Board Concludes 2008, Article IV. Consultation With Cape Verde. Public Information Notice (PIN) No08/80.2008

⁸¹ IMF. Executive Board Concludes 2008, Article IV. Consultation With Cape Verde. Public Information Notice (PIN) No08/80.2008

⁸² Idem

crescimento para 2009 em 3,5% muito menos do que 6 a 7% esperados pelo governo. Verifica-se um “desaceleramento da economia, mas não o colapso”, a economia continua a crescer mas muito aquém do que foi “sonhado” pelo governo, chegou-se a falar que a economia cresceria a dois dígitos.⁸³ O Governo para contornar a tendência para o “desaceleramento” segundo Carlos Burgo, actual governador do Banco de Cabo Verde, tem tido uma boa capacidade de realização de investimentos públicos e destaca a tendência para o abaixamento da inflação.⁸⁴

Embora não se tenha verificado estagnação e nem recessão até recentemente, há críticas a forma como foi levado a cabo as privatizações em Cabo Verde.

Carlos Rocha na sua tese afirma que o intervencionismo retirou do empresariado nacional o seu papel de protagonista no processo de desenvolvimento, ainda refere que as privatizações têm minado essa possível emergência com as medidas de liberalização excessiva ao abrir o mercado nacional a concorrência externa, eliminação de apoios do Estado, políticas restritivas de crédito. Perante este contexto ao contrário do que era de se esperar com os objectivos desta política, as privatizações provocam um crowding-in do empresariado nacional.⁸⁵

Apesar de tudo há que se admitir que Cabo Verde também deu passos largos, embora haja muito o que fazer, alcançando alguns dos objectivos fundamentais na Estratégia de Redução de Pobreza tendo em conta o melhoramento das condições de vida de uma parte dos cabo-verdianos. O excelente desempenho da economia de Cabo Verde contribuiu para a ascensão de país menos desenvolvido para país de desenvolvimento médio e aceitação deste como um sócio especial no EU.⁸⁶

⁸³ A Semana 17 de Abril de 2009. Nº 888. “FMI arrefece crescimento para 3,5%”

⁸⁴ A Semana. 9 de Janeiro de 2009. Nº 874. “Burgo apreensivo com incertezas de 2009”

⁸⁵ ROCHA, 1997. pg. 51

⁸⁶ IMF. Executive Board Concludes 2008, Article IV. Consultation With Cape Verde. Public Information Notice (PIN) No08/80.2008

Tabela 14 – Taxa de Inflação / Crescimento económico

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População	451292	450.482	458.748	467.237	476.000	484.000	491.000
Taxa de Inflação	3,7	1,8	1,2	-1,9	**1,4	***	***
Taxa Crescimento PIB	5,0	5,0	5,5	5,1	6,4	6,1	**6,4

Fonte: Relatórios de Contas CVTelecom 2004/2007

**** Estimativas BCV**

***** Sem dados**

A taxa de inflação de 1990 a 1993 apresentava-se bastante elevada. Em 2000 há uma queda considerável, sobe um pouco de 2001 a 2002 e volta a cair consideravelmente em 2004.

A economia cabo-verdiana cresceu nos últimos anos, sem ter altas taxas de inflação, ou seja não houve um aumento contínuo e significativo dos preços. O crescimento moderado da inflação em paralelo com outros factores como crescimento da economia, baixos índices de desemprego, e melhor distribuição da renda pode significar melhoria das condições de vida.

Tabela 15 - Consumo das famílias

Preços constantes de 1980

Milhares de contos

	1980	1985	1990	1995	2000
Alimentícios	2853,0	3137,0	3905,0	4203,9	6011,1
Bebidas e Tabaco	611,2	860,5	1150,5	1621,8	2701,4
Roupas e Calçados	285,5	227,7	209,6	340,0	927,8
Habitação	580,3	770,5	1176,6	1593,2	2271,9
Moveis e Equipamentos Op/Dom	420,2	511,6	786,8	1006,7	1405,4
Despesas Saúde	42,9	52,9	40,4	122,6	258,2
Transportes e Comunicações	362,4	574,3	912,5	1595,1	2814,8
Bens e serviços diversos	285,5	568,9	586,5	1019,0	1746,4
Total	5442,0	6703,3	8579,5	11502,2	18137,2
Total cons. Famílias	5332,4	6543,2	8374,2	11138,4	17684,5

Fonte: INE – Cabo Verde – Contas Nacionais

O consumo das famílias cabo-verdianas tende a aumentar desde 1980, numa média de 1 a 2 milhões de contos. Na década de noventa com as privatizações e abertura do mercado aos produtos externos o consumo aumentou consideravelmente.

Tabela 16 - Exportações de bens e serviços**Preços Correntes – Milhares de Contos**

	1980	1985	1990	1995	2000
Exportações De Mercadorias	216,4	523,5	456,3	597,9	975,5
Exportações de serviços	668,3	2105,9	2731,7	4880,9	11213,1
Total de exp. de bens e serviços	975,8	2857,0	3682,0	6268,8	13502,7

Fonte: INE – Cabo Verde – Contas Nacionais

As exportações em Cabo Verde acompanharam o ritmo ascendente desde 1980, mas é de verificar que de 1995 a 2000, que coincide com a primeira fase das privatizações as exportações duplicam.

Tabela 17 - Importações de bens e serviços**Preços Correntes – Milhares de Contos**

	1980	1985	1990	1995	2000
Importações De Mercadorias	337,2	7604,0	11754,0	20276,4	29678,4
Importações de serviços	407,4	2210,7	2673,9	4210,9	6652,3
Total de imp. de bens e serviços	3827,5	9993,1	14757,9	24999,3	36964,7

Fonte: INE – Cabo Verde – Contas Nacionais

As importações aumentaram em maior escala de 1990 a 1995, coincidindo com a abertura do mercado. Há uma grande relação entre o aumento das importações, o consumo do cabo-verdiano e o aumento do poder de compra de algumas famílias.

Embora as exportações tenham aumentado, as importações mantêm-se muito mais elevadas. Em 1980 as importações foram 3827,5 milhares de contos cv enquanto que as exportações não ultrapassaram 975,8 milhares de contos cv; em 2000 as importações foram 36.964,7 milhares de contos cv e as exportações 13.502,7 milhares de contos cv.

Tabela 18 – Evolução do Comércio Externo

Evolução do Comércio Externo de 1990 a 2002

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Exportação Nacional	398	437	327	312	408	687	1046
Importação	9495	10468	12234	12387	17113	19394	19355
Balança Comercial	-9097	-10031	-11907	-12075	-16705	-18707	-18309
Taxa de cobertura	4,2	4,2	2,7	2,5	2,3	3,5	5,4

Fonte: INE

Evolução do Comércio Externo

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Exportação Nacional	1295	1016	1170	1261	1201	1235
Importação	21763	22597	26915	27519	30519	32269
Balança Comercial	-20468	-21581	-25745	-26258	-29318	-31034
Taxa de cobertura	6	4,5	4,3	4,6	4,0	3,8

Fonte: INE

Mesmo com o aumento das exportações a balança comercial cabo-verdiana tende a fechar o ano sempre negativo, visto que as importações têm mantido sempre muito mais elevadas. Verifica-se um aumento do deficit da balança comercial ano a ano, mesmo após liberalização económica.

Há quem defenda que as privatizações tiveram um impacto positivo na economia cabo-verdiana. Segundo o estudo realizado pelo governo tendo em conta o impacto das privatizações, este programa gerou resultados dignos de respeito se comparar com o panorama internacional por vários motivos: a rapidez da estabilização fiscal e macroeconómica; impacto fiscal positivo imediato com arrecadação de 82 milhões de dólares acumulados na conta do Estado, benefícios adicionais a crescer cerca de 8 -9 milhões de dólares por ano proveniente de impostos e várias outras receitas, para além de poupanças adicionais de cerca de 6-8 milhões de dólares anuais estão a ser feitas na ausência de subsídios a empresas que foram liquidadas; melhorias do desempenho macroeconómico com aumento nas receitas, lucros, capital circulante, pagamento de impostos, dividendos, produtividade, salários médios, valor acrescentado, sem o endividamento crescente, aponde-se com excepção o caso da ELECTRA, encontrando-se tecnicamente falida.⁸⁷

Pode-se afirmar que o principal objectivo que justificou a política de privatizações foi conduzir o país ao “desenvolvimento”. Existem várias definições de desenvolvimento, podemos analisa-lo a partir de uma visão excessivamente económica, nesta perspectiva contribui para a melhoria das condições de vida de uma classe minoritária, enquanto que a maioria das pessoas não têm acesso as mudanças; uma outra interpretação de desenvolvimento tem um caris mais social tendo em conta que enfatiza os aspectos como: padrão de vida, redução da pobreza, distribuição equitativa dos rendimentos, baixa mortalidade infantil, aumento da esperança de vida, acesso a educação, ao emprego e a habitação, ..., desta forma o desenvolvimento é um estado de bem-estar social generalizado, no qual a maioria das pessoas desfruta das condições essenciais de vida e esteja relativamente livre de doenças, analfabetismo, insegurança, exploração e opressão.⁸⁸ Existem outras concepções de desenvolvimento analisadas por Milando define-o como um processo de multiplicação das capacidades humanas e de promoção do funcionamento harmonioso das instituições e organizações sociais.⁸⁹

Pretende-se analisar com o trabalho um desenvolvimento mais de caris social do que económico, ou seja de que forma a liberalização económica reflectiu no modo de vida

⁸⁷ CABO VERDE. Avaliação do Impacto das Privatizações.

⁸⁸ MILANDO apud MIDLEY 1989 PG 13

⁸⁹ MILANDO apud GHAI 1990 p. 217- p. 34

do cabo-verdiano. Embora sabe-se que para atingir uma melhoria das condições de vida das populações tem de haver melhorias nos indicadores económicos, dificilmente a população vive melhor com a economia em queda ou estagnada, embora não se deve afirmar que um seja factor determinante do outro. Nesta perspectiva para melhorar as condições de vida em Cabo Verde os sucessivos governos optaram por reformas económicas, no intuito de que com o crescimento económico, poderia diminuir a pobreza e promover o desenvolvimento humano.

“Para combater a pobreza e promover o desenvolvimento humano, os decisores políticos precisavam equilibrar os interesses fiscais, sociais, económicos e políticos, que por vezes eram contraditórios, num quadro de um rápido crescimento da população e urbanização que estavam a sobrecarregar a capacidade das infra-estruturas. Principalmente, as raízes dos problemas estavam circunscritas num ciclo vicioso de factores interdependentes:

- Ambiente económico subdesenvolvido (deficiente em termos de recursos naturais, incluindo a água e solo arável), muito dependente da importação de produtos e vulnerável a choques de preço mundial;
- Ausência de fontes internas sustentáveis de crescimento do investimento; e
- Dependência histórica da ajuda internacional e das remessas dos emigrantes para financiar o consumo nacional e o sector público, com pouco remanescente para investir na expansão e modernização da infra-estrutura da base do país.”⁹⁰

Observa-se com a Avaliação do Impacto das Privatizações realizada pelo governo que melhorar as condições de vida do cabo-verdiano a partir da economia tem os seus constrangimentos originados grandemente pela fragilidade e vulnerabilidade da economia devido aos factores acima apontados. Acrescenta-se que não há melhorias das condições de vida da população paralelamente ao desenvolvimento económico, nem sempre este é acompanhado de distribuição equitativa dos bens, servindo muitas vezes ao aumento das desigualdades económicas trazendo consigo os problemas típicos da situação.⁹¹ Este aspecto é indicado pelos dados estatísticos apresentados pelo INE, que

⁹⁰ CABO VERDE. Avaliação do impacto das privatizações 2005 p. 7

⁹¹ IDEM. pg 10-11

indicam a diminuição da pobreza, mas não paralelamente ao crescimento do PIB, indicando um aumento das disparidades da distribuição dos rendimentos.⁹²

Mesmo com a possibilidade dos constrangimentos que podem haver na opção de melhorar as condições de vida a partir de medidas económicas, o governo optou por uma política baseada em 4 pilares: acelerar o processo de privatizações, prosseguir o processo de liberalização económica, reformar o sector público, e promover o crescimento económico e aliviar a pobreza apontando estes dois sectores como inter-dependentes.⁹³ Embora aponta-se que as privatizações trouxeram um impacto encorajador no emprego, bem-estar do consumidor e competitividade, melhorias nas relações e condições de trabalho, os preços mantiveram constantes ou baixaram com a concorrência.⁹⁴

Em alguns sectores de utilidade publica a tendência foi o aumento dos preços destaca-se os serviços de água e energia que embora tenham aumentado o acesso a estes bens em todo o país, não baixaram os preços e a água subiu cerca de 25-30%, as telecomunicações praticam um preço exorbitante, impossibilitando o acesso a este bem a população de baixo rendimento, embora nesta área houve um grande investimento em tecnologia de ponta. Tem-se apontado como factores para o aumento dos preços desses produtos os custos elevados de crédito bancário e inovação lenta dos instrumentos financeiros como por exemplo leasing e factoring; desenvolvimento moroso de capitais regulados e instrumentos da dívida que aliviaram as distorções dispendiosas inerentes as actuais actividades comerciais, nas quais as decisões especulativas são tomadas com base em informação irregular e poder de negociação transparente, o que inibe a liquidez e o crescimento de mercados de capitais.⁹⁵

Outro aspecto que permite analisar se houve ou não a melhoria das condições de vida do cabo-verdiano, é o emprego.

⁹² IDEM pg15

⁹³ IDEM PG 15

⁹⁴ IDEM. Pg 10-11

⁹⁵ IDEM. pg. 11

O PIB tem crescido consideravelmente, embora se verifique um abrandamento recentemente, será que o emprego acompanhou este crescimento?

Tabela 19

Quadro 3.9 - Taxa de Desemprego em Sentido Lato da População com Idade de 15 anos ou mais segundo o Grupo Etário por Concelho (%)

Concelhos	Total	15 - 24 anos	25 - 44 anos	45 - 64 anos	65 + anos
Santa Cruz	31,0	47,0	24,8	27,2	14,6
São Vicente	23,2	39,0	19,0	12,4	11,2
Paúl	21,3	35,8	17,6	13,8	8,0
São Filipe	19,7	31,9	15,8	11,8	5,8
Brava	18,4	26,9	15,5	14,5	7,7
Praia	18,0	34,1	12,5	10,7	9,5
Maio	17,6	25,0	14,5	14,0	14,0
Ribeira Grande	17,4	31,3	14,4	12,4	6,3
Total CV	17,3	29,7	13,5	10,9	6,3
São Nicolau	14,9	24,6	12,8	10,0	2,8
Mosteiros	14,6	25,4	11,5	10,9	3,5
São Domingos	13,0	22,2	9,2	9,6	5,3
Porto Novo	12,6	27,5	8,3	6,2	2,1
Sal	10,4	16,8	7,8	7,3	13,4
Santa Catarina	10,1	17,3	8,5	6,1	1,8
Tarrafal	9,0	14,4	8,3	4,0	2,7
São Miguel	7,7	11,4	6,8	5,7	4,3
Boavista	5,7	9,2	5,2	3,7	2,3

Fonte: Censo 2000

Segundo o Censo de 2000 a Taxa de Desemprego em Cabo Verde era de 17.3% incidindo na faixa etária dos 15 aos 24 anos em 29,7% e dos 25 aos 44 anos 13,5%.

Tabela 20 –

Empregados e Desempregados que Já Trabalharam - População com 15 anos e mais

Profissão	2005						2006						Empregos
	Empregado		Desempregado		Total		Empregado		Desempregado		Total		Criados
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Forças Armadas	333	0	0	0	333	0	190	0	0	0	190	0	-142
Q. Sup. da AP, Dir. e Q. Sup.	6.571	5	135	1	6.707	4	6.704	4	145	1	6.849	4	133
Especialistas	5.181	4	163	1	5.344	3	4.469	3	33	0	4.502	3	-712
Téc. e Prof. de Nível Intermédio	8.108	6	307	1	8.415	5	6.861	5	246	1	7.107	4	-1.247
Pessoal Administrativo e Similares	4.478	3	681	3	5.159	3	6.758	5	911	5	7.669	5	2.279
Pessoal dos Serviços e vendedores	17.780	13	3.101	13	20.880	13	15.970	11	1.980	11	17.951	11	-1.810
Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	23.970	18	1.856	8	25.826	16	21.393	14	621	3	22.014	13	-2.577
Operários, Artífices e Similares	20.626	15	5.702	24	26.329	16	25.490	17	3.947	22	29.437	18	4.864
Oper. de Inst. de Máq e Trab. da Montagem	5.706	4	1.332	6	7.038	4	6.004	4	669	4	6.674	4	298
Trabalhadores Não Qualificados	43.695	32	9.671	41	53.366	33	54.328	36	9.084	50	63.413	38	10.633
NR	280	0	456	2	736	0	1.511	1	584	3	2.095	1	1.231
Total	136.728	100	23.404	100	160.132	100	149.679	100	18.221	100	167.900	100	12.951

Fonte: INE

Verifica-se de 2005 a 2006 o aumento de pessoal empregado. Em 2005 os empregados eram de 13.6728 aumenta em 2006 para 149.679, e os desempregados que já trabalharam 23.404 diminui em 2006 para 18.221.

Tabela 21 – Situação na Actividade em Sentido Lato – População

Situação na Actividade em Sentido Lato - População 15 anos ou mais

Domínio	Tx. LÍq. Activid.		Tx. Desemp.		Variação 2005-2006	
	2005	2006	2005	2006	TLA	TD
Santo Antão	56,2	52,2	32,9	27,1	-4,1	-5,8
São Vicente	62,8	62,0	32,2	24,9	-0,8	-7,3
Sal	72,1	72,0	18,5	9,0	-0,1	-9,5
Interior de Santiago	64,3	61,9	18,6	17,7	-2,4	-0,8
Praia	66,3	65,5	25,5	15,5	-0,7	-10,0
Fogo	63,6	65,5	20,2	12,0	1,9	-8,3
Total	63,9	62,6	24,4	18,3	-1,4	-6,1

Fonte: INE

O problema do desemprego atinge o país como um todo, embora algumas ilhas apresentem índices maiores do que as outras, sendo Santo Antão e São Vicente as que apresentam piores taxas.

A ilha do Sal destacava-se como a ilha que oferecia melhores oportunidades de emprego, mas com a actual conjuntura mundial e a dependência do turismo o panorama tem mudado.

Tabela 22-

Desempregados em Sentido Lato

Escalão Etário	2005			2006			Variação 2005-2006		
	Masc	Femin	Total	Masc	Femin	Total	Masc	Femin	Total
15 a 24 anos	10.950	12.379	23.328	7.687	9.845	17.532	-3.262	-2.534	-5.796
25 a 34 anos	4.612	5.243	9.855	2.986	5.436	8.422	-1.626	193	-1.433
35 a 44 anos	2.843	4.111	6.954	1.318	2.999	4.317	-1.525	-1.112	-2.637
45 a 54 anos	1.311	1.852	3.163	869	1.832	2.701	-442	-20	-462
55 a 64 anos	260	374	634	244	198	443	-15	-176	-191
65 anos e +	146	85	231	104	56	160	-42	-29	-71
Total	20.121	24.044	44.165	13.209	20.366	33.575	-6.912	-3.678	-10.590

Fonte: INE

O desemprego atinge essencialmente os mais jovens, agrava-se no sexo feminino. O país em 2005 apresentava 44.165 desempregados e em 2006, encontrava-se 33.575 desempregados. Em média o desemprego em sentido lato diminuiu 10.590.

Tabela 23 –**Taxa de Desemprego em Sentido Lato**

Escala Etário	2005				2006				Variação 2005-2006			
	Masc	Femin	Urb	Rur	Masc	Femin	Urb	Rur	Masc	Femin	Urb	Ru
15-24 anos	35,5	47,6	52,0	29,5	25,1	41,8	40,9	26,6	-10,4	-5,8	-11,1	-2
25-34 anos	20,7	25,2	26,2	17,4	12,1	23,9	20,1	15,1	-8,6	-1,3	-6,2	-2
35-44 anos	14,2	19,5	17,5	15,9	6,7	14,0	7,1	13,5	-7,5	-5,5	-10,4	-2
45-54 anos	11,4	13,0	13,5	10,5	7,4	13,2	9,8	11,1	-4,0	0,2	-3,7	0
55-64 anos	6,7	10,4	10,8	6,0	6,4	5,5	7,3	5,0	-0,3	-4,9	-3,5	-0
65 anos e +	3,8	3,2	1,9	4,4	2,6	1,8	5,9	1,4	-1,2	-1,4	4,0	-3
Total	21,8	27,2	28,4	19,2	13,9	23,0	20,3	16,7	-7,8	-4,1	-8,0	-2

Fonte: INE

Tabela 24 –**Empregados e Desempregados que Já Trabalharam - População com 15 anos e mais**

Ramo de Actividade	2005						2006						Empregos
	Empregado		Desempregado		Total		Empregado		Desempregado		Total		Criados
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Agricultura e Pesca	39.658	29	3.082	13	42.739	27	45.125	30	967	5	46.091	27	5.467
Indústria Extractiva	1.229	1	93	0	1.322	1	5.611	4	217	1	5.828	3	4.382
Indústria Transf. e Electricidade	9.830	7	2.505	11	12.335	8	10.662	7	1.596	9	12.258	7	832
Construção	11.579	8	5.747	25	17.326	11	14.085	9	3.922	22	18.006	11	2.505
Comércio	21.377	16	2.585	11	23.962	15	23.931	16	1.752	10	25.683	15	2.554
Alojamento e Restauração	4.280	3	1.229	5	5.509	3	4.410	3	1.130	6	5.540	3	130
Transportes e Comunicações	6.883	5	898	4	7.781	5	8.367	6	598	3	8.965	5	1.484
Actividades Financeiras	1.165	1	41	0	1.206	1	710	0	28	0	739	0	-455
Serviços às Empresas	2.262	2	374	2	2.637	2	3.166	2	468	3	3.634	2	904
Administração Pública	15.245	11	2.006	9	17.251	11	12.771	9	3.307	18	16.078	10	-2.474
Educação	8.953	7	366	2	9.319	6	7.216	5	256	1	7.472	4	-1.737
Saúde	1.986	1	69	0	2.055	1	1.792	1	33	0	1.826	1	-194
Outros Serviços	3.579	3	504	2	4.083	3	3.057	2	867	5	3.924	2	-522
Famílias com Empregados	5.896	4	2.543	11	8.439	5	6.581	4	1.986	11	8.568	5	685
Organismos Internacionais	462	0	11	0	473	0	489	0	196	1	685	0	27
NR	2.344	2	1.351	6	3.695	2	1.705	1	897	5	2.601	2	-639
Total	136.728	100	23.404	100	160.132	100	149.679	100	18.221	100	167.900	100	12.951
													Empregos Criados
													18.971
													Empregos Destruidos
													-6.020

Fonte: INE

Confirma-se a diminuição do desemprego de 2005 para 2006 de 24,4 para 18,3, esta diminuição deveu-se ao seguinte factor os empregos criados foram 18.971 e os empregos destruídos foram -6.020.

Embora possa afirmar que de 2005 a 2006 houve uma melhoria do desemprego em Cabo Verde, os dados disponíveis impossibilitam uma avaliação comparativa no período estudado pois são limitados, mas pode-se arriscar a seguinte conclusão embora verifica-se um bom crescimento económico a Taxa de Desemprego ainda se pode considerar bastante elevada.

Ao comparar os dados de desemprego em Cabo Verde em 2006 que era de 18,3%, período anterior a grande crise que se vive actualmente em todo o mundo, questiona-se a que índices chegarão com a actual crise. Um país africano de língua portuguesa que a taxa de desemprego ronda a de Cabo Verde é Moçambique 21%.⁹⁶ As expectativas do desemprego em Portugal para 2009 são de 9,1% e 2010 9,8%, e União Europeia 9,4%, muito menores do que as taxas verificadas em Cabo Verde em períodos consideradas “prósperas”.⁹⁷ A que taxas chegará o desemprego em Cabo Verde com a crise? Com o abrandamento das construções principalmente hoteleiras e a grande crise que se vive no momento, a saída encontrada por muitos empreendedores turísticos para sobreviver ao momento passa pela diminuição dos empregados.

Este índice elevado de desemprego é acompanhado de uma percentagem considerável de pobres e muito pobres a nível nacional, incidindo nas ilhas mais agrícolas como por exemplo a ilha de Santo Antão que na distribuição da população por ilha segundo o estatuto de pobreza num total de 50.623, 17.553 são considerados muito pobres e 9.861 pobres. É de destacar que referiu-se anteriormente que a ilha de Santo Antão é a que apresenta índices mais elevados de desemprego. Um dos meios para reduzir a pobreza passa pela diminuição do desemprego.

⁹⁶ CIA World Factbook. Dados até Janeiro 2008.

⁹⁷ Jornal de Notícias de 15 de Junho de 2009

Tabela 25- Distribuição dos agregados Familiares por ilha

ILHA	M. Pobre	Pobre	Não Pobres	Total
S. Antão	2.450	1.850	5.969	10.269
S. Vicente	1.006	1.790	12.961	15.757
S. Nicolau	505	407	2.307	3.219
Sal	219	163	3.438	3.820
B. Vista	34	94	1.005	1.133
Maio	220	172	1.191	1.583
Santiago	7.381	7.348	35.559	50.288
Fogo	1.420	1.144	5.033	7.597
Brava	134	356	1.101	1.591
Total	13.369	13.324	68.564	95.257
Fonte: IDRF-2002				

Tabela 26 - Distribuição da população por ilha segundo estatuto na Pobreza

ILHA	M. Pobre	Pobre	Não Pobres	Total
S. Antão	17.553	9.861	23.209	50.623
S. Vicente	7.372	10.868	53.206	71.446
S. Nicolau	3.516	2.479	8.928	14.923
Sal	1.020	1.159	14.729	16.908
B. Vista	102	662	4.377	5.141
Maio	1.812	1.022	4.557	7.391
Santiago	50.329	44.697	160.948	255.974
Fogo	10.262	7.101	23.872	41.235
Brava	862	2.050	4.134	7.046
Total	92.828	79.899	297.960	470.687
Fonte: IDRF-2002				

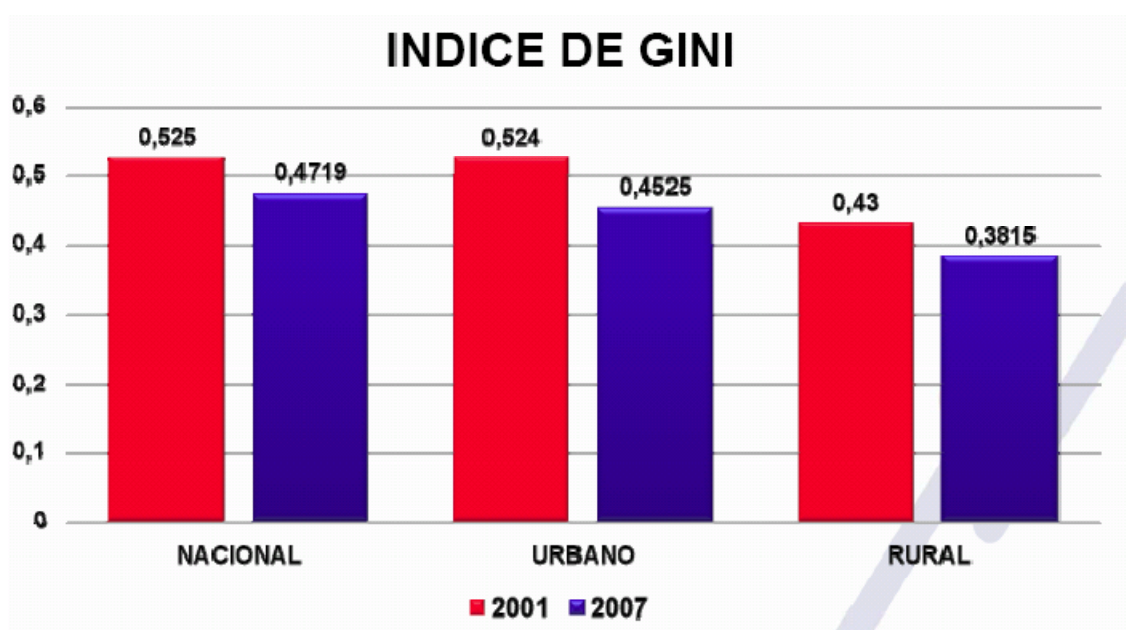
A pobreza tende a ser mais elevada nas ilhas agrícolas, nas regiões rurais. A população cabo-verdiana vivendo na pobreza em 1988-89 era 49% passando em 2001-02 para 37%. Dos pobres 54% são considerados muito pobres, correspondendo a 20% da população total. Estes dados indicam no período uma melhoria da pobreza, mas não da desigualdade, tendo em conta que em 1989 os muito pobres eram 14% alterando em 2002 para 29%.⁹⁸

⁹⁸ CABO VERDE. 2004

De 2001 a 2007 a desigualdade vai diminuir segundo dados do GINI.

O índice de GINI foi utilizado pelo QUIBB para medir as dissimilaridades na repartição do rendimento. Foi definida no documento da seguinte forma: “O valor do Índice de GINI oscila entre 0 e 1 e é crescente com a concentração. O valor 0 indica a inexistência de dissimilaridades na repartição do rendimento e o valor 1 caracteriza a máxima concentração do rendimento e desigualdade total.”

Gráfico 6 -Desigualdade segundo Índice de GINI



Fonte: INE – QUIBB 2007

Se levarmos em conta que o índice varia de 0 a 1, e que 0 é o mínimo de desigualdade e 1 o máximo, a desigualdade tende a diminuir. Em 1998-1999 o índice foi, em 2001 0,53 e em 2007 0,47.

Segundo os dados a desigualdade e da pobreza diminuíram de 2001 para 2007. O inquestionável é que a pobreza ainda se mantém bastante elevada, 27,1% em 2006.

Os dados dos GINI permitem uma boa análise da desigualdade social, estes dados são recentes dificultam o que uma análise comparativa a longo prazo. Mas se levarmos em conta que as privatizações iniciaram nos primeiros anos da década de 90 e que a maioria aconteceu no final da referida década, podemos chegar a seguinte conclusão, a desigualdade não aprofundou com as mudanças económicas de 2001 a 2007, pelo contrário há uma atenuação, embora ligeira das diferenças. Ainda com estas informações podemos concluir que embora as desigualdades não aumentaram, continuam elevadas.

Tabela 27 -Índice de Desenvolvimento Humano

Relatórios PNUD	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
IDH	0,587	0,593	0,603	0,607	0,617	0,631	0,636	0,638

1998	1999	2000	2001	2002
0,646	0,656	0,655	0,660	0,670

Fonte: INE

Relatórios	2003	2004
PNUD	IDH 2001	IDH 2002
IDH	0,727	0,717

Fonte: Relatórios PNUD

O índice de desenvolvimento humano tem tido um percurso positivo, demonstrando um melhoramento das condições de vida do cabo-verdiano. O IDH aumentou tanto na Iª como na IIª Republica. Não se encontra uma ligação directa entre as reformas económicas e o melhoramento do IDH.

Com a melhoria das condições de vida a nível nacional as necessidades do cabo-verdiano mudaram, ou seja, os produtos antes “supérfluos” passam a ser “necessidades básicas”, houve uma melhora da pobreza absoluta mas não se pode dizer o mesmo em relação a pobreza relativa.

Segundo o documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza, Cabo Verde tem registado índices satisfatórios de crescimento e de melhoria das condições de vida, reflectidos no aumento do rendimento per capita e na melhoria dos indicadores sociais embora reconhece-se que o país real caracteriza-se por elevado índices de vulnerabilidade, e a pobreza continua a atingir parte significativa da população.

Quando somente através de melhorias económicas não se consegue reduzir a pobreza significativamente, os governos criam “mecanismos sociais” para reduzir a pobreza. A erradicação da pobreza absoluta tem sido preocupação dos sucessivos governos, desta forma tem-se elaborado planos de crescimento e de redução de pobreza.

Em Janeiro de 2002 foi elaborada o PRSP ((Poverty Reduction **Stattegy** Paper), a nível nacional DECRP (Documento de estratégia para o crescimento e redução da pobreza), teve início em Junho de 2003, enfatizando o crescimento economia como factor primordial para a redução da pobreza. Este documento assume-se como referencia fundamental para a cooperação externa, que faz integração entre as políticas sectoriais e globais com horizonte temporal de 2004-2005/2007.

Organiza-se da seguinte forma: Um secretariado técnico de apoio ao desenvolvimento, um atelier patrocinado pelo Banco Mundial.

O projecto tem financiamento do Banco Mundial e foram assinados dois acordos com o PNUD: (i) "Réduction Poverty in Equity", exclusivamente de apoio ao processo PRSP; (ii) "Programme de Réduction de la Pauvreté et Appui a l'environnement" também com essa função mas apenas parcialmente.

No âmbito acordos iniciou-se o recrutamento de consultores nacionais e internacionais. Esta política pública insere-se na estratégia de ligar o crescimento económico a redução da pobreza. O projecto engloba vários níveis: Nível Global (Governação, Política

macroeconómica), nível sectorial assumindo uma forma programática e focando em particular sobre os sectores sociais da educação e saúde, nível regional e local, valorizando a participação e a maior eficácia das políticas descentralizadoras no combate a pobreza.

“O Forte crescimento económico em Cabo Verde na última década permitiu um aumento importante da população activa do país. Este crescimento, traduziu-se numa acentuada redução do desemprego sobretudo masculino, embora seja também de evidenciar o crescimento do emprego feminino, sobretudo no sector informal.

Todavia, o crescimento económico, apesar dos efeitos positivos sobre o emprego, não se traduziu numa diminuição da pobreza.”⁹⁹

“A pobreza relativa aumentou de modo significativo em Cabo Verde ao longo da última década. Na verdade, a proporção de pobres na população aumentou de 30 para 37% e a de muitos pobres cresceu de 14 para 20%. Uma breve fotografia da pobreza revela que:

i) A Incidência da pobreza é maior quando o chefe de família é mulher; ii) a influência da educação na determinação da pobreza é significativa; iii) os chefes de agregados jovens têm menor incidência, profundidade e gravidade da pobreza; iv) as ilhas de Santo Antão e fogo (ilhas predominantemente agrícolas) apresentam a maior incidência de pobreza; v) a pobreza aumenta com a dimensão da família; vi) o desemprego afecta de forma bastante mais acentuada os pobres do que os não pobres; vii) é entre os trabalhadores não qualificados e os qualificados da agricultura e pescas que existe maior propensão para ser pobre; viii) a agricultura e pescas são os sectores que mais contribuem para o número de pobres entre a população habitualmente empregada”¹⁰⁰

Aponta-se como causas de pobreza as condições do sector rural e a reduzida empregabilidade dos pobres originando o incremento da emigração e o mercado informal como forma de sobrevivência e aumento das migrações internas tendo em

⁹⁹ CABO VERDE. Ministério das Finanças e Planeamento. Documento de estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza. 2004. pg. 5

¹⁰⁰ CABO VERDE. Ministério das Finanças e Planeamento. Documento de estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza. 2004. pg. 5

conta as dificuldades encontradas nos Países de acolhimento traduzindo em problemas de saneamento, habitação, estruturas sociais de educação e saúde.

A FAIMO (Frente de alta intensidade de Mão de obra) assume um papel importante na segurança das pessoas menos favorecidas no mundo rural e nas áreas urbanas recorre-se a actividades informais desempenhadas principalmente por mulheres.

“Linhas de política e eixos estratégicos para o crescimento e a da redução da pobreza. A arquitectura da ECRP esta centrada num conjunto de politicas nucleares, ou focais, de onde decorre um conjunto de eixos estratégicos de natureza programática. Tais politicas são:

- i. Politica de crescimento e de estabilidade macroeconómica,
- ii) politica de descentralização,
- iii) politica de emprego, com integração progressiva das FAIMO
- iv) Politica de desenvolvimento do sector agrícola
- v) Politica de maximização dos efeitos induzidos pelos sectores produtivos com maior efeito multiplicador
- vi) Politica de redistribuição e de protecção social

Os eixos estratégicos configuram as várias modalidades de intervenção dos poderes públicos, através de programas, medidas de reforma, etc, assim organizados:

- i) Eixo 1: Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade;
- ii) Eixo 2: Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos
- iii) Eixo 3: Desenvolver e valorizar o capital humano;
- iv) Eixo 4: Melhorar e desenvolver as infra-estruturas básicas, promover o Ordenamento do território e salvaguardar o ambiente;

v) Eixo 5: Melhorar o sistema de protecção social, reforçar sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade”¹⁰¹

No QUIBB (Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar) 2007, aponta uma outra realidade em termos de pobreza:

- Aumento do PIB per capita de 26,9% em termos reais de 2002 e 2007;
- Diminuição do nível de pobreza de 36,7% em 2001 para 26,6% em 2007, sendo que o numero de pobres diminuiu de 163.200 em 2001 para 130.900 em 2007,
- Diminuição da pobreza 10 pontos percentuais em 2001/02 e 2007, mais acentuada no meio urbano do que no meio rural.¹⁰²

O desenvolvimento económico não tem uma relação directa com a diminuição da pobreza ainda menos com a concentração de renda.

No final deste capítulo pode-se concluir que o país teve excelente performance económico nos últimos anos e que melhorou alguns indicadores de pobreza, na medida que vem sendo empreendido esforços para evitar que as reformas económicas agravem as condições de vida dos cabo-verdianos.

¹⁰¹ CABO VERDE. Ministério das Finanças e Planeamento. Documento de estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza. 2004. pg 6

¹⁰² INE. Workshop de disseminação dos resultados da pobreza em Cabo Verde. Resultados do QUIBB 2007

4. DE PAÍS MENOS AVANÇADO A PAÍS DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO:

Cabo Verde é encarado como uma das economias mais desenvolvidas da África Subsaariana, por vários motivos: a estabilidade económica que conseguiu atingir em relação aos demais, baixos índices de inflação e diminuição dos índices fiscais.

Em 2004 Cabo Verde passou de “País Menos Desenvolvido” para “País de Desenvolvimento Médio”, esta conquista deve-se a melhoria dos indicadores sociais. Este ano é marcado por um défice de 0,1%, uma deflação de 1,9% e um crescimento do PIB de 5,1%, embora com o desemprego a rondar 17,3%.

Para analisar a passagem de Cabo Verde de “País Menos Desenvolvido” a “País de Desenvolvimento Médio” tem que fazer um estudo comparativo, já que se faz o enquadramento tendo em conta uma comparação com outros países.

Para afirmar que nos últimos anos houve um grande “desenvolvimento” do país tem que se levar em consideração outras variáveis:

-Se houve aprofundamento do fosso existente entre os “Países Menos desenvolvidos” e os “Desenvolvidos” ou aproximação entre estes. Dependendo desta análise pode-se afirmar se esta mudança foi real ou não. Outro aspecto de difícil análise devido ao curto espaço de tempo do sucedido, é o que esta mudança vai significar para a economia e o modo de vida dos cabo-verdianos, devido a vulnerabilidade económica e a dependência de ajudas externas, ainda é uma incógnita.

Com a grande crise económica internacional do séc. XXI, será que Cabo Verde consegue manter o ritmo de crescimento que vem apresentando? Os efeitos da crise já se fazem sentir, a nível do investimento directo estrangeiro, das remessas dos emigrantes, turismo, ... O turismo encarado como um motor da economia encontra-se em retracção. Muitos são os factores que afectam o turismo cabo-verdiano na

actualidade: procura deficiente, dificuldades financeiras, dificuldades de encontrar de encontrar pessoal com formação adequada entre outros.¹⁰³

As remessas dos emigrantes e o arrefecimento do turismo originados pela grande crise económica e financeira mundial, acompanhada de perda de emprego.

Toda este panorama internacional é pouco favorável a um país que recentemente entrou no grupo dos países de desenvolvimento médio com todas as fragilidades que advêm da recente mudança no modo de dirigir a economia.

Tudo o que no momento acontece tanto no panorama mundial quanto internacional é muito recente para se fazer uma análise, com os tempo os efeitos das privatizações, da entrada de Cabo Verde nos países de desenvolvimento médio e da crise económica tornam-se mais claros.

¹⁰³ Jornal “A Semana” – Artigo “FMI arrefece crescimento para 3,5%” – “Clima de confiança em baixa”- nº 888 de 17 de Abril de 2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pode-se verificar ao longo do trabalho que Cabo Verde teve uma excelente performance económico, mesmo com a adopção de políticas económicas diferenciadas. Desde a independência o país tem apresentado bons índices de crescimento anual, tanto na Iª Republica com uma economia estatal como na IIª Republica com a liberalização económica.

A liberalização económica, como foi anteriormente apresentada nos capítulos anteriores foi fruto não somente do contexto nacional e internacional favorável, mas de pressões empreendidas por organizações internacionais como é o caso do FMI e do Banco Mundial.

Estima-se que de 1990/1995 o número total de empresas públicas em África tenha caído 37% e é de salientar que Cabo Verde teve uma redução ainda maior.¹⁰⁴

Cabo Verde era considerado um país inviável tendo em conta a dependência de importações, por exemplo em 1980 importou 90% das suas necessidades alimentares, valor 20 vezes superior aos das suas importações¹⁰⁵, mas rapidamente ultrapassou vários “índices de desenvolvimento” de muitos países da África subsariana e não só, a nível de “desenvolvimento”, tendo efectuado bom uso da ajuda externa, empréstimos e remessas dos emigrantes.

Embora o excelente desempenho económico apresentado por esta economia insular, nem todas as empresas estatais conseguiram sobreviver à liberalização, algumas acabaram por ser liquidadas (exemplo EMPA); das empresas privatizadas é de destacar por sua vez que nem todas tiveram um bom desempenho e satisfizeram as expectativas do Estado como é o caso da Electra que muitas vezes precisou de auxílio, culminou com o retorno ao controlo do Estado.

¹⁰⁴ Development Bank Group, 1997

¹⁰⁵ <http://migrantes.no.sapo.pt>

As empresas privatizadas analisadas acabaram por ter uma parceria pública/privado; em nenhuma delas o Estado distanciou totalmente ao manter um número considerável de acções.

No documento da Comissão das Comunidades Europeias afirmam que não existem provas concretas de que as privatizações tenham contribuído para o crescimento económico geral e que os estudos recentemente realizados indicam que o impacto positivo das privatizações em termos de crescimento foi afectado por deficiências a nível de enquadramento regulamentares e pela ausência de amplas reformas de investimento.¹⁰⁶

Para José Soares Filho, a privatização nos países “desenvolvidos” produziu melhores frutos do que nos países “em desenvolvimento”.

“ Nos países desenvolvidos e com elevado índice de poupança interna, como a Inglaterra, esse processo teve resultados razoáveis: propiciou a democratização dos capitais e a obtenção de consideráveis recursos financeiros para o tesouro nacional. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, os programas de privatização não têm obtido esse êxito, em virtude da incapacidade de a poupança interna absorver os patrimónios colocados à venda da falta de democratização dos capitais (que se daria pela venda de acções das empresas privadas ao público em geral, inclusive aos seus próprios empregados).”¹⁰⁷

Mediante a literatura sobre o tema, a privatização nos países subdesenvolvidos não produziu os efeitos almejados, e que o rendimento desta politica origina acumulação de capital para as pessoas e associações que possam investir, não alterando positivamente a vida grande maioria.

Ainda se pode relacionar as privatizações em Cabo Verde com a africana que foi originada em grande medida por mudança política, o incentivo do Banco Mundial, FMI

¹⁰⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS Apud Sach J. (2000) pg. 12

¹⁰⁷ Filho. 2002 p. 111

e doadores financeiros, a necessidade de gerar receitas, a situação precária de algumas empresas públicas, coincidindo com as razões cabo-verdianas.¹⁰⁸

Mesmo após a liberalização económica, a economia cabo-verdiana continuou a crescer a um bom ritmo, mas os resultados sociais da adopção desta nova política económica são difíceis de analisar, tendo em conta a dificuldade de fazer uma sequência temporal dos dados. É de salientar por exemplo a dificuldade de mostrar como evoluiu o emprego no país, embora existam dados estes nem sempre foram alcançados pelos mesmos métodos.¹⁰⁹

Ainda se verifica que Cabo Verde mantém uma grande dependência do exterior, o sector primário pouco desenvolvido, embora esta situação seja típica dos países de reduzida dimensão territorial.

Empiricamente é possível afirmar quase que no papel de observador participante que a abertura económica propiciou a uma parte da população de Cabo Verde o acesso a bens “supérfluos”, antes inacessíveis ou de difícil acesso. Embora de uma forma geral pode-se afirmar a partir dos dados anteriormente apresentados que o emprego diminuiu, mas há que se ter em conta que muitas empresas privatizadas e as liquidadas acabam por condenar muitos funcionários ao desemprego, muitos com uma idade não apazível ao mercado.

Em relação ao emprego nas empresas privatizadas acima apresentadas verifica-se que não houve um aumento considerável de funcionários e nem de demissões. Pode-se destacar as empresas que não resistiram ao novo modelo económico e acabaram por ser liquidadas, nestas, muitos foram os funcionários que acabaram por perder o trabalho e engrossar o desemprego em Cabo Verde. O desemprego repentino acaba por ter um grande impacto nos países menos “desenvolvidos”, que não possuem certas regalias sociais como por exemplo o fundo desemprego, caso do país em destaque.

Há que se ter em conta que em muitas das empresas privatizadas ou liquidadas os ex-funcionários acabam por ter dificuldade em reintegrar no mercado de trabalho por

¹⁰⁸ WORLD BANK GROUP. A World free of poverty no 132. Abril de 1999

¹⁰⁹ CABO VERDE. Identificação dos sectores chaves da economia de Cabo Verde 1980-2000. pg 10

diversos motivos: limitações de idade (o mercado é dos jovens com experiência), falta de oportunidade e dificuldade de sobreviver com um microempresa, pequeno negócio.

Ainda se pode salientar que o crescimento do emprego não acompanhou simultaneamente as conquistas económicas. A economia ao longo desses anos tem crescido mas o desemprego tem mantido bastante elevado, embora em alguns momentos houve melhoras, mas estas foram sempre aquém do esperado.

Salienta-se desta forma que nem sempre o crescimento da economia é acompanhada paralelamente de melhorias das condições de vida, esta tem de crescer consideravelmente para que haja um retorno positivo as classes mais desfavorecidas.

O trabalho é limitado devido a dificuldade de ter acesso a informação, dados estatísticos, livros que retratem o processo/resultado das privatizações tanto nas empresas quanto a nível nacional. Desde já sugere-se trabalhos posteriores que dêem continuidade, aprofundem ou abram outros caminhos para estudar o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AHYEE, Adamavi Maurice. **Privatization in Africa: An exploratory case study of the Togolais des Phosphates.** Minnesota, 2007.

ALMEIDA, Germano. **O dia das calças roladas.** Mindelo, 1992.

BARROW, Paul Wayne. **The Historical Roots of Cab Verd dependency 1460-1990.** UNI Dissertation services, Dell&Howell Company, 1997

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Comunicado da Comissão ao Conselho Europeu. A reforma das empresas publicas nos países em desenvolvimento e em especial as empresas de serviços públicos: A necessidade de avaliar todas as opções.** Bruxelas, 2003.

CHEFIA DO GOVERNO/ GABINETE DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO. **Unidade de Coordenação do Projecto de Privatização e Reforço de Regulação Institucional. Privatização da EMPA.** Folheto Informativo. SNEDE

CHEFIA DO GOVERNO/ GABINETE DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO. **Unidade de Coordenação do Projecto de Privatização e Reforço de Regulação Institucional. Processo de privatização da EMPA SARL. Relatório de processo.** SNEDE, 2000.

DEVELOPMENT BANK GROUP. **Privatization in África: Present and Future.** Abidjan, 1997

DIAKHATE, Medou. **The banking sector in sub-saharan África: Privatization, moral hazard, and government regulation.** Columbia, 2002.

DWEK. Ruth Helena. **O movimento de privatização dos anos oitenta: reais motivos.** Artigo Nova Economia. Belo Horizonte, v410. nº 2. Dezembro, 2000.

Cabo Verde. **Avaliação do Impacto das privatizações. Parte1 de 3. Sumário Executivo / Relatório Principal.** 2005.

CABO VERDE. **Diagnóstico da Pobreza. Em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística INE / Ministério das Finanças.** 2004

CABO VERDE. **Documento de Estratégia de crescimento e redução da pobreza (DECRP).** 2004

CABO VERDE. Ministério das Finanças e Planeamento. Documento de estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza. 2004.

CABO VERDE. Ministério das Finanças, Programa do II governo Constitucional da II República- Praia: Ministério da Coordenação Económica, 1996.

CABO VERDE. Ministério das Finanças, Programa de Ação Nacional para o Decênio 2001-2010, Praia 2000.

CABO VERDE. Ministério das Finanças, Plano Nacional de Desenvolvimento. Praia: Ministério da Coordenação Económica, 1997.

CABO VERDE. Relatório Final. Identificação dos sectores chaves da economia cabo-verdiana. 1980-2000.

CAIXA ECONÓMICA. Balanço Social. 2006

CAIXA ECONÓMICA. Relatório& Contas. 2004

CAIXA ECONÓMICA. Relatório& Contas. 2005

CAIXA ECONÓMICA. Relatório& Contas. 2006

CesA, Brif Papers nº 4/98, Lisboa, 1998. Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde.

Estatísticas Financieiras Intenacionais, Washington: Fundo Monetário Internacional, febrero de 1999.

Estatísticas Financieras Internacionales, Washington : Fundo Monetário Internacional, 2000.

ELECTRA. Reletório de Contas. 1999

ELECTRA. Reletório de Contas. 2001

ELECTRA . Reletório de Contas. 2002

ELECTRA. Reletório de Contas. 2003

ELECTRA. Reletório de Contas. 2004

ELECTRA. Reletório de Contas. 2005

ELECTRA. Reletório de Contas. 2006

ELECTRA. Reletório de Contas. 2007

ELECTRA. Reletório de Contas. 2008

ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde. A abertura política a transição para a Democracia.** Spleen Edições, Praia, 2004.

FILHO, João Lopes. **Ilha de S.Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade E Mudança Cultural.** Secretaria Geral do Ministério da Educação, 1992.

FILHO, José Soares. **Revista Jus et Fides. Serviço Público: Conceito, privatização.** Ano2. nº 1Julho, 2002.

FMI. **Executive Board Concludes 2008, Article IV. Consultation with Cape Verde. Public Information Notice (PIN) No08/80.** 2008.

GUIMARÃES, Pedro. **Privatization: Theory, evidence and its role in fostering fragmentation.** New York, 2003.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.**

MILANDO, João. **Cooperação sem Desenvolvimento.** Imprensa de Ciencias Sociais, 2005.

MANIN, Bernard. **“As metamorfoses do governo representativo”.** Revista Brasileira de Ciencias Sociais, nº29. 1995

PIMENTA. Carlos José Gomes. **Globalização Desafios Económicos e Éticos.**

GUEDHANI, Omrane. **Liberalization, Corporate Governance, and Privatization.** Quebec, 2003.

INE. **Workshop de disseminação dos resultados da pobreza em Cabo Verde. Resultados do QUIBB.** 2007.

PEREIRA, D. A. **Estudos da História de Cabo Verde,** Praia 1986.

REIZINHO, Eduardo J. Costa. **Introdução à Economia.** Mira-Sintra. Publicações Europa-America.

ROCHA, Manuel da Luz Delgado. **Políticas económicas e desenvolvimento empresarial. As privatizações e o cording-in da classe empresarial nacional. O caso Cabo Verde.** 1997.

SILVESTRE, A . **Cabo Verde na Rota da Internacionalização.** Lisboa: Grupo de cooperação de língua portuguesa do instituto internacional de caixas econômicas, 1994.

STEVEN Dimitryev; Maral, Adam; Verissimo dos Santos. Cabo Verde – **Avaliação do impacto das privatizações.** Praia, 2005

SILVA, João Pereira. **A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde.** Gráfica do Mindelo.

TELECOM. **Relatório de contas.** 2004

TELECOM. **Relatório de contas.** 2005

TELECOM. **Relatório de contas.** 2006

TELECOM. **Relatório de contas.** 2007

KEYNES, John Maynard. **A Teoria do Emprego, do Juro e da Moeda.** Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996

VEIGA, Manuel. **Cabo Verde Insularidade e Literatura.** Karthala. Paris, 1998

Anexos

Índice de Preços no consumidor e Taxa de Inflação

	Praia		S. Vicente		Zonas rurais		Nacional	
	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa
Ano								
1990	113,3	13,3	108,4	8,4	107,7	7,7	109,0	9
Ano								
1991	121,9	7,6	114,7	5,8	115,2	7,0	116,0	6,4
Ano								
1992	125,0	2,5	120,7	5,2	121,2	5,2	122,0	5,2
Ano								
1993	138,2	10,6	125,1	3,6	127,2	5,0	129,2	5,9
Ano								
1994	141,4	2,3	131,8	5,4	131,3	3,2	133,5	3,3
Ano								
1995	153,0	8,2	141,3	7,2	142,8	8,8	144,7	8,4
Ano								
1996	162,0	5,9	151,1	6,9	151,2	5,9	153,4	6,0
Ano								
1997	174,5	7,7	157,3	4,1	166,7	10,3	166,8	8,7
Ano								
1998	180,8	3,6	163,1	3,7	174,3	4,6	173,9	4,3
Ano								
1999	194,5	7,6	169,0	3,6	179,0	2,7	180,7	3,9
Ano								
2000	192,7	-0,9	168,0	-0,6	173,1	-3,3	176,3	-2,4
Ano								
2001	199,0	3,3	175,6	4,5	179,3	3,6	182,8	3,7
Ano								
2002	202,1	1,6	180,3	2,6	182,7	1,9	186,3	1,9
Ano								
2003	204,3	1,1	186,3	3,3	184,0	0,7	188,5	1,2
Ano								
2004	199,8	-2,2	186,5	0,1	179,8	-2,3	184,9	-1,9

Fonte: INE